

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	19
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO	21
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
11. FUNDOS VINCULADOS	25
12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS	26
13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	27
14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	27
15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	27
16. ATIVOS DE CONTRATO	33
17. INVESTIMENTOS	36
18. IMOBILIZADO	46
19. INTANGÍVEIS	48
20. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	50
21. FORNECEDORES	51
22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	52
23. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	53
24. ENCARGOS REGULATÓRIOS	57
25. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	58
26. PROVISÕES	59
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	68
28. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES	70
29. RECEITA	70
30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	75
31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	80
32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	81
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	84
34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D	99
35. SEGMENTOS OPERACIONAIS	99
36. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	103
37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	105
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	105
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	108
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	127

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DEZEMBRO DE 2018

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	748.540	890.804	35.146	54.330
Títulos e valores mobiliários	6	665.710	703.551	91.498	80.781
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	4.498.657	4.091.722	2.713	5.813
Ativos financeiros e setoriais da concessão	15	1.239.932	1.070.384	-	-
Ativos de contrato	16	131.989	130.951	-	-
Tributos compensáveis	8	99.359	124.183	3.026	3.020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	8.143	386.668	-	41.274
Dividendos a receber	32	45.519	119.743	936.555	945.584
Fundos vinculados	11	100.936	90.993	129	129
Estoques		33.592	35.619	10	10
Adiantamento a fornecedores		30.198	6.785	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	14	96.373	90.845	-	-
Subvenção baixa renda		27.696	30.232	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	114.916	69.643	-	-
Outros		399.065	507.918	9.608	13.801
		8.240.625	8.350.041	1.078.685	1.144.742
Ativos classificados como mantidos para venda	36	19.376.525	19.446.033	1.573.967	1.573.967
TOTAL DO CIRCULANTE		27.617.150	27.796.074	2.652.652	2.718.709
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	12.256	108.683	-	10.691
Adiantamento a fornecedores		20.150	87.285	-	-
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	84.808	80.889	-	-
Tributos compensáveis	8	6.235.934	242.356	488.098	3.672
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	2.102	5.516	409	2.401
Impostos de renda e contribuição social diferidos	9c	1.898.417	2.146.863	778.178	809.270
Depósitos vinculados a litígios	13	2.487.900	2.501.512	304.309	326.345
Instrumentos financeiros derivativos	33	1.269.354	743.692	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	12	238.428	245.566	238.428	245.566
Ativos financeiros e setoriais da concessão	15	4.909.814	4.927.498	-	-
Ativos de contrato	16	1.692.113	1.597.996	-	-
Investimentos	17	5.286.346	5.234.578	14.885.254	12.405.706
Imobilizado	18	2.603.120	2.661.585	2.055	2.250
Intangível	19	10.718.616	10.777.191	5.293	6.125
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	20	306.052	-	5.303	-
Outros		173.423	697.389	25.713	35.756
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		37.938.833	32.058.599	16.733.040	13.847.782
TOTAL DO ATIVO		65.555.983	59.854.673	19.385.692	16.566.491

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Fornecedores	21	1.840.794	1.801.252	7.562	9.285
Encargos regulatórios	24	510.867	514.412	5.660	5.671
Participação dos empregados e administradores no resultado		133.462	78.759	6.461	4.813
Impostos, taxas e contribuições	22a	334.636	409.825	7.230	45.014
Imposto de renda e contribuição social	22b	542.010	112.063	57.308	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		767.593	863.703	765.266	861.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	2.949.083	2.197.566	-	-
Salários e contribuições sociais		256.310	283.730	12.858	17.446
Obrigações pós-emprego	25	277.531	252.688	23.093	13.774
Arrendamento	20	91.572	-	2.646	-
Adiantamento de clientes	7	-	79.405	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	32	-	-	376.363	408.114
Outras obrigações		481.443	527.942	2.785	12.084
		8.185.301	7.121.345	1.267.232	1.377.621
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	36	16.162.392	16.272.239	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		24.347.693	23.393.584	1.267.232	1.377.621
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	24	164.286	178.525	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	10.927.306	12.574.262	46.704	45.081
Impostos, taxas e contribuições	22a	30.606	29.396	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	890.476	728.419	-	-
Provisões	26	687.801	640.671	74.017	64.204
Obrigações pós-emprego	25	4.780.053	4.735.656	500.488	495.677
PASEP/COFINS a ser restituído a consumidores	22a	4.110.513	1.123.680	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções	33b	441.094	419.148	-	-
Arrendamento		219.640	-	2.554	-
Outras obrigações		96.223	92.005	5.185	5.189
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		22.347.998	20.521.762	628.948	610.151
TOTAL DO PASSIVO		46.695.691	43.915.346	1.896.180	1.987.772
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	27	7.293.763	7.293.763	7.293.763	7.293.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		6.360.856	6.362.022	6.360.856	6.362.022
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.339.234)	(1.326.787)	(1.339.234)	(1.326.787)
Lucros acumulados		2.924.406	-	2.924.406	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	27	17.489.512	14.578.719	17.489.512	14.578.719
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		1.370.780	1.360.608	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.860.292	15.939.327	17.489.512	14.578.719
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		65.555.983	59.854.673	19.385.692	16.566.491

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	29	12.929.971	10.541.969	186.932	146
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	30				
Energia elétrica comprada para revenda		(5.120.200)	(5.082.598)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(701.171)	(808.580)	-	-
Gás comprado para revenda		(725.162)	(556.459)	-	-
		(6.546.533)	(6.447.637)	-	-
OUTROS CUSTOS	30				
Pessoal e administradores		(534.273)	(532.260)	-	-
Materiais		(34.076)	(22.966)	-	-
Serviços de terceiros		(512.676)	(413.971)	-	-
Depreciação e amortização		(407.737)	(374.523)	-	-
Provisões operacionais		(100.827)	(1.901)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(465.225)	(383.643)	-	-
Outros		(31.795)	(41.227)	-	-
		(2.086.609)	(1.770.491)	-	-
CUSTO TOTAL		(8.633.142)	(8.218.128)	-	-
LUCRO BRUTO		4.296.829	2.323.841	186.932	146
DESPESAS OPERACIONAIS	30				
Despesas com Vendas		(126.978)	(167.557)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(286.038)	(313.117)	(36.886)	(34.438)
Despesas com Provisões Operacionais		(692.966)	(102.795)	(35.845)	(78.189)
Outras Despesas Operacionais		(500.677)	(256.325)	(32.794)	(29.545)
		(1.606.659)	(839.794)	(105.525)	(142.172)
Resultado de Equivalência Patrimonial	17	103.500	(26.233)	2.672.831	529.803
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.793.670	1.457.814	2.754.238	387.777
Receitas Financeiras	31	2.622.988	491.169	305.114	18.792
Despesas Financeiras	31	(815.961)	(1.345.801)	(18.451)	(3.085)
Resultado antes dos impostos		4.600.697	603.182	3.040.901	403.484
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10c	(1.278.146)	(196.419)	(97.959)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	(410.326)	25.574	(31.092)	38.569
Lucro líquido do período proveniente de operações continuadas		2.912.225	432.337	2.911.850	442.053
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		-	21.372	-	11.358
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.912.225	453.709	2.911.850	453.411
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		2.911.850	432.039	2.911.850	442.053
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		-	21.372	-	11.358
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		2.911.850	453.411	2.911.850	453.411
Participação dos acionistas não-controladores	28				
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		375	298	-	-
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		-	-	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores		375	298	-	-
		2.912.225	453.709	2.911.850	453.411
Lucro básico e diluído por ação preferencial	27	2,00	0,31	2,00	0,31
Lucro básico e diluído por ação ordinária	27	2,00	0,31	2,00	0,31

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun/19	Abr a Jun/18	Abr a Jun/19	Abr a Jun/18
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	29	7.016.793	5.606.538	184.195	73
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	30				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.526.019)	(2.818.905)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(367.375)	(416.038)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(330.180)	(293.225)	-	-
		<u>(3.223.574)</u>	<u>(3.528.168)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
OUTROS CUSTOS	30				
Pessoal e Administradores		(271.186)	(291.458)	-	-
Materiais		(21.604)	(15.811)	-	-
Serviços de Terceiros		(292.920)	(243.201)	-	-
Depreciação e Amortização		(212.827)	(179.837)	-	-
Provisões Operacionais, líquidas		(100.193)	10.876	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(266.107)	(202.974)	-	-
Outros		(29.635)	(37.941)	-	-
		<u>(1.194.472)</u>	<u>(960.346)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL		(4.418.046)	(4.488.514)	-	-
LUCRO BRUTO		2.598.747	1.118.024	184.195	73
DESPESAS OPERACIONAIS	30				
Despesas com Vendas		(47.627)	(91.374)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(63.328)	(96.468)	(15.019)	(24.842)
Despesas com Provisões Operacionais		(663.945)	(59.109)	(17.832)	(38.878)
Outras Despesas Operacionais		(296.739)	(124.165)	(16.438)	(15.170)
		<u>(1.071.639)</u>	<u>(371.116)</u>	<u>(49.289)</u>	<u>(78.890)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		36.274	(83.107)	1.837.876	31.433
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.563.382	663.801	1.972.782	(47.384)
Receitas Financeiras	31	2.272.470	249.315	302.108	7.544
Despesas Financeiras	31	(363.883)	(946.147)	(8.786)	(2.191)
Resultado antes dos Impostos		3.471.969	(33.031)	2.266.104	(42.031)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10c	(973.424)	(11.393)	(97.959)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	(383.559)	12.166	(53.371)	19.635
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações continuadas		2.114.986	(32.258)	2.114.774	(22.396)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		-	21.372	-	11.358
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		2.114.986	(10.886)	2.114.774	(11.038)
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações em continuidade		2.114.774	(32.410)	2.114.774	(22.396)
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		-	21.372	-	11.358
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores		<u>2.114.774</u>	<u>(11.038)</u>	<u>2.114.774</u>	<u>(11.038)</u>
Participação dos acionistas não-controladores	28				
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		212	152	-	-
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		-	-	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores		<u>212</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		2.114.986	(10.886)	2.114.774	(11.038)
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação preferencial – R\$	27	1,45	(0,01)	1,45	(0,01)
Lucro (prejuízo) Básico e Diluído por ação ordinária – R\$	27	1,45	(0,01)	1,45	(0,01)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.912.225	453.709	2.911.850	453.411
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(1.316)	(416)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	448	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto, líquida de impostos	-	-	(864)	(416)
	(868)	(416)	(864)	(416)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.911.357	453.293	2.910.986	452.995
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.910.986	452.995	2.910.986	452.995
Participação dos acionistas não-controladores	371	298	-	-
	2.911.357	453.293	2.910.986	452.995

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	2.114.986	(10.886)	2.114.774	(11.038)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.114.986	(10.886)	2.114.774	(11.038)
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.114.774	(11.038)	2.114.774	(11.038)
Participação dos acionistas não-controladores	212	152	-	-
	2.114.986	(10.886)	2.114.774	(11.038)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.293.763	2.249.721	6.362.022	(1.326.787)	-	14.578.719	1.360.608	15.939.327
Dividendos propostos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(489)	(489)
Ajuste de exercícios anteriores em controladas em conjunto	-	-	-	-	(193)	(193)	-	(193)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	10.290	10.290
Reversão da reserva de incentivos fiscais referente a exercícios anteriores (1)	-	-	(1.166)	-	1.166	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	2.911.850	2.911.850	375	2.912.225
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(864)	-	(864)	(4)	(868)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(11.583)	11.583	-	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	7.293.763	2.249.721	6.360.856	(1.339.234)	2.924.406	17.489.512	1.370.780	18.860.292

(1) A ser deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária.

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136
Adoção inicial CPC/48	-	-	-	-	-	(181.846)	(181.846)	-	(181.846)
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	453.411	453.411	298	453.709
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(416)	-	(416)	-	(416)
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	410	17.111	17.521	-	17.521
Destinação do lucro líquido do período									
Integralização de capital	999.555	(999.555)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(325.218)	325.218	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(351)	(351)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	7.293.763	-	2.249.721	5.728.574	(836.528)	288.676	14.724.206	4.097	14.728.303

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018 (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		2.911.850	432.039	2.911.850	442.053
Lucro líquido do período – participação de não controladores		375	298	-	-
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10.d	410.326	(25.574)	31.092	(38.569)
Depreciação e amortização	30	479.299	411.300	2.398	216
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível	15, 16,18 e 19	8.638	14.818	-	155
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	16	(26.016)	-	-	
Resultado de equivalência patrimonial	17	(103.500)	26.233	(2.672.831)	(529.803)
Atualização dos ativos financeiros da concessão	15 e 16	(266.571)	(337.962)	-	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	15 e 16	(16.801)	(12.737)	-	-
Juros e variações monetárias		590.478	630.443	(15.400)	(23.933)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	9	(2.962.564)	-	(481.069)	
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	23	(70.470)	554.278	-	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	23	13.948	15.548	81	153
Provisões operacionais e perdas estimadas	30d	978.379	267.319	35.845	78.189
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		(62.575)	-	-	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap	31	(613.394)	(180.429)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	15	(80.241)	(1.150.672)	-	-
Obrigações pós-emprego	25	232.277	202.556	23.398	21.990
		1.423.438	847.458	(164.636)	(49.549)
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(537.832)	(14.147)	3.100	3.928
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	15	83.115	280.453	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)		-	(8.741)	-	-
Tributos compensáveis		15.276	(45.383)	(3.357)	285
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.953	(72.663)	15.901	3.652
Depósitos vinculados a litígios		33.518	(29.521)	28.525	9.472
Dividendos recebidos		126.791	197.247	160.864	484.408
Ativos financeiros da concessão e de contrato	15 e 16	195.952	379.893	-	-
Adiantamento a fornecedores		43.722	(63.707)	-	-
Outros		18.081	93.076	14.053	(1.110)
		(12.424)	716.507	219.086	500.635
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		39.542	(190.081)	(1.723)	(552)
Impostos, taxas e contribuições		(123.566)	(307.204)	(37.784)	831
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.273.327	196.419	97.959	-
Salários e contribuições sociais		(27.420)	15.439	(4.588)	2.869
Encargos regulatórios		(17.784)	(49.253)	(11)	5.836
Adiantamento de clientes		(80.862)	(88.849)	-	-
Obrigações pós-emprego	25	(163.037)	(147.481)	(9.268)	(7.875)
Outros		(77.801)	(86.407)	(18.693)	59
		822.399	(657.417)	25.892	1.168
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		2.233.413	906.548	80.342	452.254
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures	23	(706.605)	(671.651)	-	(438)
Juros sobre arrendamentos	20	(18.332)	-	(286)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(459.345)	(292.981)	(8.495)	(38)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		34.138	12.981	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.083.269	(45.103)	71.561	451.778
Caixa líquido (Consumido) Gerado nas Atividades Operacionais Descontinuadas		-	36.602	-	18.944
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.083.269	(8.501)	71.561	470.722

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		140.292	738.632	29.248	19.065
Fundos vinculados		(9.943)	(4.993)	-	(2.500)
Em investimentos	17				
Aporte em investidas		(1.028)	(149.918)	(16.102)	(569.105)
Baixa recebido na incorporação		-	-	22.444	428
Em imobilizado	18	(34.414)	(18.641)	-	-
Em intangível e ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	19	(360.674)	(368.570)	-	(15)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DAS OPERAÇÕES		(265.767)	196.510	35.590	(552.127)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento das operações descontinuadas	36	-	(7.631)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(265.767)	188.879	35.590	(552.127)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Obtenção de empréstimos e Debêntures	23	-	395.860	-	-
Subscrição de ações a capitalizar	27	-	109.550	-	109.550
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos a acionista controlador		(78.707)	(393)	(78.262)	(6)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		-	-	(46.599)	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	23	(849.821)	(774.715)	-	(3.766)
Arrendamentos pagos	20	(31.238)	-	(1.474)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(959.766)	(269.698)	(126.335)	105.778
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(142.264)	(89.320)	(19.184)	24.373
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	890.804	1.030.257	54.330	38.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	748.540	940.937	35.146	63.045

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2018		Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2018	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços	16.848.601		15.214.311		4.338		161	
Receita de construção de distribuição	382.236		378.911		-		-	
Receita de construção de transmissão	82.989		4.732		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	176.151		156.980		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	8.967		3.066		-		-	
Receita de indenização de transmissão	90.420		146.519		-		-	
Receita de indenização de geração	-		34.463		-		-	
Créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 9)	1.438.563		-		183.595		-	
Investimento em imobilizado	17.763		28.539		-		-	
Outras receitas	9.329		3.717		-		-	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(126.978)		(162.063)		-		-	
	18.928.041		15.809.175		187.933		161	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(5.614.077)		(5.575.380)		-		-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(782.254)		(900.253)		-		-	
Serviços de terceiros	(754.119)		(663.913)		(11.376)		(9.377)	
Gás comprado para revenda	(920.841)		(556.458)		-		-	
Materiais	(268.691)		(195.821)		(94)		3.707	
Outros custos operacionais	(972.135)		(229.758)		(38.192)		(82.895)	
	(9.312.117)		(8.121.583)		(49.662)		(88.565)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	9.615.924		7.687.592		138.271		(88.404)	
RETENÇÕES								
Depreciação e amortização	(479.299)		(411.300)		(2.398)		(216)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	9.136.625		7.276.292		135.873		(88.620)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	-		21.372		-		11.358	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	103.500		(26.233)		2.672.831		529.803	
Receitas financeiras	2.622.988		491.169		305.114		18.792	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	11.863.113		7.762.600		3.113.818		471.333	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	993.796	8,37	816.235	10,52	48.074	1,54	43.703	9,27
Remuneração direta	660.041	5,56	521.283	6,72	21.692	0,70	19.122	4,06
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	280.142	2,36	236.605	3,05	24.433	0,78	21.998	4,67
FGTS	32.122	0,27	32.681	0,42	1.041	0,03	762	0,16
Programa de desligamento voluntário	21.491	0,19	25.666	0,33	908	0,03	1.821	0,38
Impostos, taxas e contribuições	7.114.055	59,97	5.079.531	65,44	134.003	4,31	(35.652)	(7,56)
Federais	4.160.162	35,07	2.551.327	32,87	132.831	4,27	(36.137)	(7,67)
Estaduais	2.944.512	24,82	2.520.154	32,47	615	0,02	267	0,06
Municipais	9.381	0,08	8.050	0,10	557	0,02	218	0,05
Remuneração de capitais de terceiros	843.037	7,11	1.413.125	18,20	19.891	0,64	9.871	2,09
Juros	837.916	7,06	1.360.908	17,53	18.451	0,59	3.085	0,65
Aluguéis	5.121	0,05	52.217	0,67	1.440	0,05	6.786	1,44
Remuneração de capitais próprios	2.912.225	24,55	453.709	5,84	2.911.850	93,51	453.411	96,20
Lucros retidos	2.911.850	24,55	453.411	5,84	2.911.850	93,51	453.411	96,20
Participação dos não-controladores nos Lucros retidos	375	-	298	-	-	-	-	-
	11.863.113	100,00	7.762.600	100,00	3.113.818	100,00	471.333	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o propósito principal de atuar como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Incorporação das subsidiárias integrais Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”)

Em 24 de abril de 2019 a Companhia concluiu a incorporação de suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção da RME e LEPSA e sucessão, pela Companhia, em todos os bens, direitos e obrigações.

Com a extinção da RME e da LEPSA, ocorre, também, de forma imediata e automática, a perda de objeto e a extinção das obrigações assumidas no Acordo de Acionistas da Light S.A. (“Light”).

A seguir são apresentados os balanços patrimoniais resumidos da RME e LEPSA utilizados para a incorporação na data base de 31 de março de 2019:

	RME	LEPSA		RME	LEPSA
Ativo			Passivo		
Circulante	55.858	10.080	Circulante	-	4.979
Não Circulante	377.184	451.003	Não Circulante	-	-
			Patrimônio Líquido	433.042	456.104
Total do Ativo	433.042	461.083	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	433.042	461.083

A incorporação foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e de sua controlada realizadas em 25 de março de 2019.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não haverá aumento de capital, nem a necessidade de emissão de novas ações da Companhia. Ressaltamos que tal incorporação não altera a participação da CEMIG já detida no capital da Light.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* nº 34, *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 12 de agosto de 2019.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentou as informações e saldos em base comparativa.

Durante 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial sendo os impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	342.450	19.844
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(342.450)	(19.844)

Na tabela a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 R2 no balanço patrimonial e na demonstração de resultados para o período de seis meses, findo em 30 de junho de 2019:

Balanços Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	30/06/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 R2	30/06/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	30/06/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 R2	30/06/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2
Ativo circulante	27.617.150	-	27.617.150	2.652.652	-	2.652.652
Ativo não circulante	37.631.035	307.798	37.938.833	16.727.772	5.268	16.733.040
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.006.195	1.746	1.007.941	778.213	(35)	778.178
Direito de uso - Arrendamento	0	306.052	306.052	-	5.303	5.303
Outros ativos não circulantes	36.624.840	-	36.624.840	15.949.559	-	15.949.559
Passivo circulante	24.256.121	91.572	24.347.693	1.264.586	2.646	1.267.232
Passivo de arrendamentos	0	91.572	91.572	-	2.646	2.646
Outros passivos circulantes	24.256.121	-	24.256.121	1.264.586	-	1.264.586
Passivo não circulante	22.128.358	219.640	22.347.998	626.394	2.554	628.948
Passivo de arrendamentos	0	219.640	219.640	-	2.554	2.554
Outros passivos não circulantes	22.128.358	-	22.128.358	626.394	-	626.394
Patrimônio líquido	18.863.706	(3.414)	18.860.292	17.489.444	68	17.489.512
Lucros Acumulados	2.927.820	(3.414)	2.924.406	2.924.338	68	2.924.406
Outras contas do Patrimônio Líquido	15.935.886	-	15.935.886	14.565.106	-	14.565.106

Demonstração do Resultado do Período	Consolidado			Controladora		
	Jan a Jun/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Jun/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Jun/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Jun/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
RECEITA LÍQUIDA	12.929.971		12.929.971	186.932		186.932
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.252.973)	13.172	(10.239.801)	(105.914)	389	(105.525)
Resultado de equivalência patrimonial	103.500		103.500	2.672.831		2.672.831
Resultado financeiro, líquido	1.825.359	(18.332)	1.807.027	286.949	(286)	286.663
Imposto de renda e contribuição social	(1.690.218)	1.746	(1.688.472)	(129.016)	(35)	(129.051)
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	2.915.639	(3.414)	2.912.225	2.911.782	68	2.911.850

Demonstração do Resultado do Período	Consolidado			Controladora		
	Abr a Jun/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Abr a Jun/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Abr a Jun/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Abr a Jun/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
RECEITA LÍQUIDA	7.016.793	-	7.016.793	184.195	-	184.195
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.496.663)	6.978	(5.489.685)	(49.448)	159	(49.289)
Resultado de equivalência patrimonial	36.274	-	36.274	1.837.876	-	1.837.876
Resultado financeiro, líquido	1.917.579	(8.992)	1.908.587	293.216	106	293.322
Imposto de renda e contribuição social	(1.357.664)	681	(1.356.983)	(151.240)	(90)	(151.330)
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	2.116.319	(1.333)	2.114.986	2.114.599	175	2.114.774

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2018	30/06/2019	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	35	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores e Concessionários de Transportes de Energia
9	8	Tributos Compensáveis
-	9	Crédito de PASEP/COFINS sobre ICMS – Ação Judicial com Trânsito em Julgado
10	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	11	Fundos Vinculados
12	12	Contas a Receber do Estado de Minas Gerais
13	13	Depósitos Vinculados a Litígios
14	14	Reembolso de Subsídios Tarifários
15	15	Ativos e Passivos Financeiros da Concessão
16	16	Ativos de Contrato
17	17	Investimentos
18	18	Imobilizado
19	19	Intangível
-	20	Direito de Uso - Arrendamento
20	21	Fornecedores
21	22	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
22	23	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
23	24	Encargos Regulatórios
24	25	Obrigações Pós-Emprego
25	26	Provisões
26	27	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
27	28	Subsidiárias com Participações Significativas de Não Controladores
28	29	Receita
29	30	Custos e Despesas Operacionais
30	31	Receitas e Despesas Financeiras
31	32	Transações com Partes Relacionadas
32	33	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
36	34	Reajuste Tarifário Anual da CEMIG D
33	36	Ativos e Passivos Classificados como Mantidos para Venda e Resultado de Operações Descontinuadas
37	37	Transações não Envolvendo Caixa
38	38	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2018 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
34	Seguros
35	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2019		31/12/2018	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	99,57	-
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga)	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Luce Empreendimentos e Participações S.A. (1)	Consolidação	-	-	100,00	-
Rio Minas Energia e Participações (1)	Consolidação	-	-	100,00	-
Light	Consolidação	49,99	-	26,06	23,93
LightGer	Consolidação	-	74,49	-	74,49
Guanhães	Consolidação	-	74,49	-	74,49
Axxion	Consolidação	49,00	25,49	49,00	25,49
UHE Itaocara	Consolidação	-	74,49	-	74,49

(1) Empresas incorporadas pela Companhia em 24 de abril de 2019.

A composição das participações nas empresas que passaram a ser consolidadas a partir da aquisição do controle da Light são conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2018 e 30/06/2019			
		Participação Direta (%)	Participação Indireta Via Cemig GT (%)	Participação Indireta Via Light (%)	Participação Total (%)
LightGer	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49
Guanhães	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49
Axxion	Consolidação	49,00	-	25,49	74,49
UHE Itaocara	Consolidação	-	49,00	25,49	74,49

Apesar da Cemig deter, de forma indireta, 87,25% das ações totais da Amazônia Energia Participações S.A., a mesma não foi consolidada nas informações contábeis intermediárias da Cemig. A Amazônia não possui operações e tem apenas um ativo relevante, que é o investimento na Norte Energia S.A., na qual a Companhia detém controle compartilhado com outros acionistas.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Moraes (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (5)			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (5)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Light SESA	Light	06/1996	06/2026
Light Energia	Light	06/1996	06/2026
PCH Lajes	Light	07/2014	05/2026

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo estas classificadas como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, até o exercício de 2017, estavam dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, no modelo de ativo financeiro. Entretanto, considerando a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, do CPC.47, com a análise das obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica, parte desses ativos passaram a ser classificados como ativos de contrato.
- Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura da concessão encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado entre ativo intangível e ativo financeiro, e, em atendimento ao CPC 47, a infraestrutura em construção foi classificada como ativos de contrato. Em 14 de dezembro de 2018, por meio do Ofício SEDECTES/SMEL nº. 22/2018, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (“SEDECTES” ou “poder concedente”) apresentou estudo, elaborado pela FGV, para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Gasmig embasado também em consulta efetuada à Advocacia Geral do Estado (AGE). O reequilíbrio pretendido pelo poder concedente consiste na substituição da obrigação contratual de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN), que seria construída pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na região do Triângulo Mineiro, pelo

pagamento de uma contraprestação ao Estado, a título de bônus de outorga, no valor estimado pela SEDECTES em R\$852 milhões. Diante do estudo, a SEDECTES solicitou a manifestação da Gasmig e iniciou as tratativas para a solução do desequilíbrio apontado, considerando a prorrogação do contrato de concessão, definida no segundo termo aditivo, permitindo a extensão do prazo de vigência do ano de 2023 para 2053, tinha como condição a execução dos investimentos para a construção do gasoduto.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contas bancárias	90.348	107.516	4.360	7.602
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	467.872	555.008	5.005	21.534
Overnight (3)	189.866	228.280	25.327	25.194
Outros	454	-	454	-
	658.192	783.288	30.786	46.728
	748.540	890.804	35.146	54.330

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 65% a 106% em 30 de junho de 2019 (40% a 106% em 31 de dezembro de 2018) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 30 de junho de 2019 (6,39% em 31 de dezembro de 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 33.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Aplicações Financeiras Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	246	-	45	-
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (1)	471.721	434.735	62.925	47.979
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (2)	184.143	253.868	24.564	28.018
Debêntures (3)	3.602	11.292	3.506	4.129
Outros	5.998	3.656	458	655
	665.710	703.551	91.498	80.781
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (4)	-	240	-	44
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (1)	12.256	108.443	-	10.647
	12.256	108.683	-	10.691
	677.966	812.234	91.498	91.472

- (1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 111,25% do CDI em 30 de junho de 2019 (102% a 111,25% em 31 de dezembro 2018).
- (2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 151% do CDI em 30 de junho 2019 (104,25% a 151% em 31 de dezembro de 2018).
- (4) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 30 de junho 2019 (80% em 31 de dezembro 2018), conforme operação.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 33.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO					30/06/2019	31/12/2018
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias			
Fornecimento de energia faturado	1.448.352	660.542	447.171	496.388		3.052.453	2.988.791
Fornecimento de energia não faturado	1.101.744	-	-	-		1.101.744	1.048.261
Suprimento a outras concessionárias	-	18.433	19.929	689		39.051	46.978
Suprimento a outras concessionárias não faturado	255.510	-	-	-		255.510	281.655
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	37.753	431.616	-	-		469.369	165.720
Concessionários – transporte de energia faturado	109.100	2.835	8.903	88.744		209.582	180.036
Concessionários – transporte de energia não faturado	243.016	-	-	-		243.016	212.338
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(193.990)	(19.544)	(27.278)	(546.448)		(787.260)	(751.168)
	3.001.485	1.093.882	448.725	39.373		4.583.465	4.172.611
Ativo Circulante						4.498.657	4.091.722
Ativo não Circulante						84.808	80.889

	CONTROLADORA					30/06/2019	31/12/2018
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias			
Fornecimento faturado (serviços de telecomunicações)	39	-	1.550	21.154		22.743	25.843
Fornecimento não faturado	2.254	-	-	-		2.254	2.254
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.130)	(21.154)		(22.284)	(22.284)
	2.293	-	420	-		2.713	5.813
Ativo Circulante						2.713	5.813

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 33.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/06/2019	31/12/2018
Residencial	135.528	136.866
Industrial	175.548	171.732
Comércio, serviços e outras	186.530	188.819
Rural	32.383	33.517
Poder público	160.089	119.571
Iluminação pública	2.641	5.615
Serviço público	26.812	27.318
Encargos de uso de rede – TUSD	67.729	67.730
	787.260	751.168

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no semestre é como segue:

Consolidado	30/06/2019	30/06/2018
Saldos iniciais	751.168	567.956
Adoção inicial IFRS9 / CPC 48		150.114
Constituições líquidas (nota 29 d)	126.978	167.557
Baixas	(90.886)	(154.039)
Saldos finais	787.260	731.588

Adiantamentos de clientes

A Cemig GT e Cemig D receberam de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

	30/06/2019	30/06/2018
Saldos iniciais	79.405	232.762
Baixa	(80.862)	(88.849)
Atualização financeira (nota 30)	1.457	6.815
Saldos finais	-	150.728

A receita de venda de energia antecipada foi reconhecida no resultado apenas quando ocorre a sua efetiva entrega, pois se entende que as obrigações de desempenho foram cumpridas.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS a recuperar	75.691	79.956	2.778	2.778
PIS-PASEP	1.933	4.150	20	20
COFINS	4.234	21.463	125	125
Outros	17.501	18.614	103	97
	99.359	124.183	3.026	3.020
Não Circulante				
ICMS a recuperar	249.663	239.789	1.862	1.862
PIS-PASEP	1.086.868	3	105.800	3
COFINS	4.897.176	12	378.641	12
Outros	2.227	2.552	1.795	1.795
	6.235.934	242.356	488.098	3.672
	6.335.293	366.539	491.124	6.692

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após junho de 2020.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins registrados no ativo não circulante são referentes aos valores pagos dessas contribuições incluindo o ICMS à sua base de cálculo. Mais informações na nota explicativa nº 9.

9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Cemig, Cemig GT e Cemig D ajuizaram Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia e suas controladas mencionadas obtiveram liminar e passaram a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas mantiveram esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas baixaram os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011, e foi constituído um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores do segmento de distribuição.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas empresas excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado da ação, as Companhias solicitaram a liberação dos depósitos judiciais, no valor total de R\$1.423.421, ainda pendente de deliberação judicial.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída e UTE Barreiro.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela Cemig D devem ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo aplicável para cálculo de tal devolução de 10 anos. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Os valores referentes aos créditos da Cemig D deverão ser restituídos aos consumidores a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, sendo que deverão ser discutidos junto à Aneel os mecanismos e critérios de ressarcimento.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, os créditos serão compensados, com o objetivo de acelerar a recuperação. Em relação à Companhia, será priorizado o recebimento dos créditos por meio de precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais de PIS/Pasep e Cofins que permitam a compensação.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de Pis/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela SELIC, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2019:

Créditos de Pasep/Cofins	Cemig (controladora)	Cemig D	Cemig GT	Demais investidas (4)	Cemig (consolidado)
Efeitos no Balanço Patrimonial					
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	484.426	4.833.278	640.163	26.163	5.984.030
Valores a serem restituídos a consumidores (1)	-	(2.971.879)	-	-	(2.971.879)
Impostos, taxas e contribuições (2)	(3.357)	(40.256)	(5.743)	(229)	(49.585)
IR/CS	(163.467)	(593.968)	(212.416)	(8.646)	(978.497)
Patrimônio Líquido	317.602	1.227.175	422.004	17.288	1.984.069
Efeitos no Resultado do Período					
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (3)	183.595	830.333	408.612	16.023	1.438.563
Receita financeira	300.831	1.010.590	231.551	10.140	1.553.112
PIS/Pasep e Cofins sobre Receita Financeira	(3.357)	(19.780)	(5.743)	(229)	(29.109)
Imposto de renda e contribuição social	(163.467)	(593.968)	(212.416)	(8.646)	(978.497)
	317.602	1.227.175	422.004	17.288	1.984.069

- (1) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins da Cemig D reconhecidos em 2019. O montante total dessa rubrica, apresentado no balanço da Companhia e de sua controlada Cemig D, alcança R\$4.110.513, sendo que a diferença, de R\$1.138.634, se refere à constituição do passivo correspondente à reversão da provisão vinculada aos valores depositados em juízo no período compreendido entre 2008 e 2011, registrada em 2017.
- (2) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.
- (3) Refere-se aos créditos reconhecidos no resultado operacional, no montante de R\$3.836.640, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, de R\$2.398.077.
- (4) Refere-se aos créditos reconhecidos pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída e UTE Barreiro.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins nos faturamentos dos clientes da Cemig D a partir de junho de 2019, representando uma redução média de aproximadamente 1% no valor das faturas.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensados com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de renda	297	252.756	-	36.023
Contribuição social	9.948	139.428	409	7.652
	10.245	392.184	409	43.675
Circulante	8.143	386.668	-	41.274
Não Circulante	2.102	5.516	409	2.401

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfra por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais. Em 30 de junho de 2019, foram reconhecidos os tributos incidentes sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS a recuperar, registrados em função do trânsito em julgado da ação movida pela Companhia e suas controladas, conforme nota explicativa nº 9.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				
Imposto de renda	427.261	83.213	41.063	-
Contribuição social	114.749	28.850	16.245	-
	542.010	112.063	57.308	-

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	77.573	373.413	76.738	118.761
Provisões para contingências	220.454	217.908	25.166	21.829
Provisão para perda em investimentos	609.159	609.159	609.159	609.159
Provisões operacionais	291.489	312.927	588	1.732
Provisões PRL	44.622	24.586	1.874	1.418
Provisão Put SAAG	149.972	142.510	-	-
Obrigações pós-emprego	1.512.039	1.476.519	168.817	163.399
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	290.526	278.897	8.161	8.161
Concessão onerosa	8.006	7.683	-	-
Outros	10.322	26.753	(35)	-
Total	3.214.162	3.470.355	890.468	924.459
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de captação	(20.538)	(25.254)	-	-
Custo atribuído na adoção das IFRS	(235.437)	(239.092)	-	-
Valor justo de participações societárias	(522.318)	(501.311)	(110.599)	(113.673)
Encargos financeiros capitalizados	(170.974)	(167.454)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(1.751)	(4.715)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da	(747.592)	(804.077)	-	-
Ajuste a valor justo swap – Perda	(470.652)	(276.534)	-	-
Outros	(36.959)	(33.474)	(1.691)	(1.516)
Total	(2.206.221)	(2.051.911)	(112.290)	(115.189)
Total Líquido	1.007.941	1.418.444	778.178	809.270
Total do Ativo	1.898.417	2.146.863	778.178	809.270
Total do Passivo	(890.476)	(728.419)	-	-

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.136.539	756.739
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações em continuidade	25.574	38.569
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações descontinuadas	(9.815)	(5.742)
Efeitos alocados no Patrimônio Líquido		
Adoção inicial IFRS 9 / CPC 48	51.065	-
Reversão de custo atribuído	17.521	-
Transferência para ativos mantidos para a venda	745	745
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(3.510)	-
Incorporação Telecom	-	1.049
Saldo em 30 de junho de 2018	1.218.119	791.360
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.418.444	809.270
Efeitos alocados ao resultado	(410.326)	(31.092)
Outros	(177)	-
Saldos em 30 de junho de 2019	1.007.941	778.178

d) Conciliação da despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	4.600.697	603.182	3.040.901	403.484
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(1.564.237)	(205.082)	(1.033.906)	(137.185)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	28.326	(16.633)	906.096	176.535
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.103)	(1.583)	-	(401)
Incentivo Fiscal	46.184	5.983	84	25
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	45.709	48.506	-	-
Multas Indedutíveis	(12.487)	(6.964)	(14)	(35)
PECLD com partes relacionadas	(233.931)	-	-	-
Outros	3.067	4.928	(1.311)	(370)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.688.472)	(170.845)	(129.051)	38.569
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.278.146)	(196.419)	(97.959)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(410.326)	25.574	(31.092)	38.569
	(1.688.472)	(170.845)	(129.051)	38.569
Alíquota efetiva	(36,70)%	28,32%	(4,24)%	9,56%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	3.471.969	(33.031)	2.266.104	(42.031)
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(1.180.469)	11.231	(770.475)	14.290
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	6.392	(34.370)	620.086	6.466
Contribuições e Doações Indedutíveis	(340)	(1.214)	-	(401)
Incentivo Fiscal	33.621	2.792	84	25
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	18.456	21.296	-	-
Multas Indedutíveis	(4.548)	(2.958)	(10)	(29)
PECLD com partes relacionadas	(233.931)	-	-	-
Outros	3.836	3.996	(1.015)	(716)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.356.983)	773	(151.330)	19.635
Imposto de renda e contribuição social corrente	(973.424)	(11.393)	(97.959)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(383.559)	12.166	(53.371)	19.635
	(1.356.983)	773	(151.330)	19.635
Alíquota efetiva	(39,08)%	2,34%	(6,68)%	46,72%

11. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$100.936 (R\$90.993 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a recursos advindos da alienação de imóveis e bens inservíveis das concessões, garantias de contratos de compra de energia e outras obrigações regulatórias das controladas.

12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo efetuado relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplemento por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Considerando a previsão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez a retenção em 28 de junho de 2019 do valor de R\$17.892, correspondente aos dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais naquela data, reduzindo o saldo a receber que em 30 de junho de 2019 é de R\$238.428 (R\$245.566 em 31 de dezembro de 2018) reconhecidos no ativo não circulante, em decorrência dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018.

A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, tendo em vista, inclusive, as garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Trabalhista	336.368	334.685	38.737	41.015
Fiscais				
Imposto de renda sob JCP	28.211	27.852	272	265
PASEP/COFINS (1)	1.423.421	1.402.117	-	-
ITCD	52.093	51.075	51.653	50.635
IPTU	75.427	86.906	57.060	69.242
FINSOCIAL	39.134	38.455	39.134	38.455
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	278.603	274.871	13.379	13.200
IRRF sobre lucro inflacionário	8.502	8.438	8.502	8.437
CSLL (3)	18.062	18.062	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo imobilizado	38.489	38.193	-	-
Outros (4)	91.441	117.171	65.670	65.416
	2.053.383	2.063.140	235.670	245.650
Outros				
Regulatório	42.719	52.701	19.725	29.565
Responsabilidade civil	9.756	9.328	3.583	3.568
Relações de consumo	6.068	6.132	1.099	987
Bloqueio judicial	16.752	12.394	4.241	4.148
Outros	22.854	23.132	1.254	1.412
	98.149	103.687	29.902	39.680
	2.487.900	2.501.512	304.309	326.345

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes vide nota explicativa nº 9
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 26 – Provisões (Indenização do Anuênio);
- (3) Depósito judicial relativo ao processo que discute a autuação referente à tributação de CSLL dos valores das doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, das despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui o saldo de depósitos no montante de R\$ 46.118 mil e R\$ 8.261 mil decorrente de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins, respectivamente.

14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de junho de 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$525.463 (R\$458.321 em 30 de junho de 2018). Deste valor, a Cemig D tem a receber R\$93.673 (R\$82.470 em 2018) e a Cemig GT R\$2.700 (R\$8.375 em 2018), reconhecidos no ativo circulante.

15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Ativos Financeiros da Concessão – consolidado	30/06/2019	31/12/2018
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição (15.1)	421.904	395.743
Indenização a receber – transmissão	1.323.042	1.296.314
Indenizações a receber – geração (15.3)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (15.4)	2.457.733	2.408.930
	5.018.881	4.917.189

Ativos Financeiros Setoriais – consolidado	30/06/2019	31/12/2018
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (14.5)	1.130.865	1.080.693
Total	6.149.746	5.997.882
Ativo Circulante	1.239.932	1.070.384
Ativo Não Circulante	4.909.814	4.927.498

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.475.838	4.237.892	369.762	7.083.492
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (nota 16)	(1.092.271)	-	-	(1.092.271)
Recebimentos	(160.688)	(122.284)	-	(282.972)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	-	-	11.302	11.302
Outras transferências	-	-	269	269
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	3.066	3.066
Atualização financeira	66.637	191.443	-	258.080
Baixas	-	-	(58)	(58)
Saldos em 30 de junho de 2018 (reclassificado)	1.289.516	4.307.051	384.341	5.980.908
Reclassificação (a)	1.084.797	-	-	1.084.797
Saldo em 30 de junho de 2018 (originalmente apresentado)	2.374.313	4.307.051	384.341	7.065.705
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.296.314	3.225.132	395.743	4.917.189
Recebimentos	(88.518)	(127.348)	-	(215.866)
Transferências do ativo de contrato	44.082	-	17.260	61.342
Transferências do ativo intangível	-	-	102	102
Atualização financeira	71.164	176.151	8.967	256.282
Baixas	-	-	(168)	(168)
	1.323.042	3.273.935	421.904	5.018.881
Saldos em 30 de junho de 2019				

(a) Para fins de comparabilidade, os saldos de determinados ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão, originalmente apresentados em 30 de junho de 2018 como ativo financeiro, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 16).

15.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões. Esses contratos estão classificados como ativos financeiros e são mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

15.2 Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

Em 16 de agosto de 2016, a ANEEL homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT, que foi registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros específicos, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de junho de 2019, no montante de R\$1.323.042 (R\$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificado como ativo financeiro, pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$891.904 (R\$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$431.138 em 30 de junho de 2019 (R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito a receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de junho de 2019.

15.3 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no Contrato de Concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no Ativo Financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piauí	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joásal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda (1)	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará (1)	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão (1)	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

(1) Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da controlada, Cemig GT, não espera perdas na realização desses valores.

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à ANEEL e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

15.4 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	95.560	(68.423)	1.397.037
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	30.116	(21.578)	438.448
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	12.554	(9.174)	163.981
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	9.357	(6.830)	122.979
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	13.003	(9.609)	160.611
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	9.685	(7.297)	109.085
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	5.876	(4.437)	65.592
Total		2.408.930	176.151	(127.348)	2.457.733

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	84.877	(65.703)	1.349.308
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	26.758	(20.721)	423.430
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	11.237	(8.809)	158.022
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	8.372	(6.558)	118.524
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	11.680	(9.227)	154.623
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	8.746	(7.007)	104.872
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	5.310	(4.259)	63.052
Total		2.337.135	156.980	(122.284)	2.371.831

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

15.5 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	2.724.479	824.092	3.548.571	1.184.458	2.545.994	3.730.452
Ativo circulante	2.724.479	73.608	2.798.087	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	750.484	750.484	-	1.040.730	1.040.730
Passivo	(1.938.019)	(479.687)	(2.417.706)	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.649.759)
Passivo circulante	(1.938.019)	(54.899)	(1.992.918)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante	-	(424.788)	(424.788)	-	(606.911)	(606.911)
Total circulante líquido	786.460	18.709	805.169	43.951	602.923	646.874
Total não circulante líquido	-	325.696	325.696	-	433.819	433.819
Total líquido	786.460	344.405	1.130.865	43.951	1.036.742	1.080.693

Componentes Financeiros	30/06/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	262.564	33.393	295.957	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(40.181)	(7.326)	(47.507)	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	18.886	5.284	24.170	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	23.307	(64)	23.243	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva – EER	(350.242)	(6.641)	(356.883)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda (1)	1.434.102	168.495	1.602.597	667.149	1.401.917	2.069.066
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(184.179)	199.635	15.456	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	(65.332)	10.879	(54.453)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(232.255)	(29.342)	(261.597)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (2)	-	(11.967)	(11.967)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(80.210)	(17.941)	(98.151)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
TOTAL	786.460	344.405	1.130.865	43.951	1.036.742	1.080.693

- (1) O montante de CVA Energia constituída em 2018 após a Revisão Tarifária, para inclusão no reajuste de 2019, se deve principalmente ao aumento das despesas com compra de energia e cobertura do risco hidrológico, tendo em vista o aumento do preço da energia no mercado atacadista e a operação das usinas termelétricas, em função do baixo nível dos reservatórios;
- (2) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	742.106
Realização	408.566
Outros – Ressarcimento P&D	(114.782)
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(165.671)
Atualização Selic (nota 30)	11.286
Saldo em 30 de junho de 2018 (Reapresentado)	835.715
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros (1)	254.930
Realização	(174.689)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(83.115)
Atualização Selic (nota 30)	53.046
Saldo em 30 de junho de 2019	1.130.865

- (1) A constituição de CVA no período se deve, principalmente, ao aumento dos custos com energia em 2019, em relação à cobertura tarifária, o que gerou um ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia no próximo reajuste tarifário.

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a junho de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$83.114 (R\$165.671 de janeiro a junho de 2018) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

16. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção cujo direito à contraprestação esteja condicionado à satisfação de obrigação de desempenho são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho de 2019:

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	603.970	518.162
Gás – ativos de infraestrutura em construção	89.746	81.475
Transmissão – ativos de indenização incorporados a base de remuneração de ativos	414.069	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	716.317	636.905
	1.824.102	1.728.947
Circulante	131.989	130.951
Não Circulante	1.692.113	1.597.996

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017				
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (notas 15 e 19)	1.092.271	531.750	89.497	1.713.518
Adições	4.732	348.283	20.950	373.965
Atualização financeira	79.882	-	-	79.882
Recebimento	(101.653)	-	-	(101.653)
Baixa	-	-	(857)	(857)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	9.671	-	-	9.671
Transferências para o ativo financeiro	-	(11.302)	-	(11.302)
Transferências para o ativo intangível	(106)	(240.297)	(24.163)	(264.566)
Saldo em 30 de junho de 2018 (reclassificado)	1.084.797	628.434	85.427	1.798.658
Reclassificação (1)	(1.084.797)	(628.434)	(85.427)	(1.798.658)
Saldos em 30 de junho de 2018 (originalmente apresentado)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018				
Adições	1.129.310	518.162	81.475	1.728.947
Atualização financeira	82.989	347.052	19.069	449.110
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	19.256	-	-	19.256
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	7.834	-	-	7.834
Recebimentos	(63.075)	-	-	(63.075)
Baixa	(1.824)	-	(145)	(1.969)
Transferências para o ativo financeiro	(44.082)	(17.260)	-	(61.342)
Transferências para o ativo intangível	-	(270.000)	(10.653)	(280.653)
Transferências para o Imobilizado	(22)	-	-	(22)
Reversão de provisão (2)	-	26.016	-	26.016
Saldos em 30 de junho de 2019	1.130.386	603.970	89.746	1.824.102

- (1) Para fins de comparabilidade, os saldos de determinados ativos vinculados à infraestrutura dos contratos de transmissão e distribuição, originalmente apresentados em 30 de junho de 2018 como ativo financeiro e intangível, respectivamente, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018.
- (2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos em curso no montante de R\$42.029, tendo sido revertido o montante de R\$26.016 no segundo trimestre de 2019.

Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de junho de 2019, está contemplado R\$22.822 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.

Em 30 de junho de 2019 a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e Gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig D e Gasmig de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido através da RAP - O saldo remanescente da indenização de transmissão em função da adesão aos termos da Lei 12.783/13 no montante de R\$414.069 em 30 de junho de 2019 (R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018) foi incorporado à Base de remuneração de ativos e está sendo recuperado via RAP.

Transmissão – Ativos remunerados por tarifa - Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de junho de 2019, o saldo a receber é de R\$716.317 (R\$636.905 em 31 de dezembro de 2018, antes classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

17. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.984.474	5.064.127
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	51.102	49.213	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	29.227	30.629	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	175.386	170.720	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	661.121	663.755	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	231.270	270.090	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	437.960	470.022	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	158.614	162.224	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.277.764	1.216.860	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	1.008.913	1.012.635	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	6.209.525	4.642.358
TAESA	Controlada em conjunto	1.207.352	1.143.189	1.207.352	1.143.189
Ativas Data Center	Coligada	16.095	16.509	16.095	16.509
Gasmig	Controlada	-	-	1.403.976	1.439.005
Cemig Geração Distribuída	Controlada	-	-	10.781	2.741
LEPSA (1)	Controlada	-	-	-	5.099
RME (1)	Controlada	-	-	-	47.155
Efficientia	Controlada	-	-	16.410	17.532
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Coligada	9.004	9.042	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	22.538	19.690	22.538	19.690
Axiom Soluções Tecnológicas	Controlada	-	-	14.066	8.301
Cemig Overseas	Controlada	-	-	37	-
Total do Investimento		5.286.346	5.234.578	14.885.254	12.405.706

(1) Em 24 de abril de 2019, a Companhia incorporou suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, cujo único ativo constituía-se de participação no capital da Light. O valor patrimonial considerado na incorporação foi objeto de laudo de avaliação aprovado na AGE de 25 de março de 2019.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção das participações na usina de Santo Antônio e Ativas Data Center.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA						
Investidas	31/12/2017	Amortização	30/06/2018	31/12/2018	Amortização	30/06/2019
Cemig Geração e Transmissão	688.612	(19.326)	669.286	726.170	(21.919)	704.251
Retiro Baixo	28.344	(591)	27.753	31.966	(695)	31.271
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(707)	15.796	66.286	(3.107)	63.179
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(436)	10.599	95.819	(4.107)	91.712
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(972)	22.984	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	151.384	(2.979)	148.405	18.000	(369)	17.631
Lightger	-	-	-	83.990	-	83.990
Aliança Geração	402.844	(12.655)	390.189	377.534	(12.655)	364.879
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(986)	53.560	52.575	(986)	51.589
TAESA	188.745	(4.660)	184.085	179.424	(4.660)	174.764
Light	186.437	(11.181)	175.256	-	-	-
Gasmig	457.273	(7.628)	449.645	442.016	(7.628)	434.388
RME	43.365	(2.532)	40.833	-	-	-
TOTAL GERAL	1.564.432	(45.327)	1.519.105	1.347.610	(34.207)	1.313.403

Investidas	31/12/2017	Amortização	30/06/2018	31/12/2018	Amortização	30/06/2019
Cemig Geração e Transmissão	688.612	(19.326)	669.286	480.075	(14.705)	465.370
Retiro Baixo	28.344	(591)	27.753	31.966	(695)	31.271
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(707)	15.796	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(436)	10.599	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(972)	22.984	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	151.384	(2.979)	148.405	18.000	(369)	17.631
Aliança Geração	402.844	(12.655)	390.189	377.534	(12.655)	364.879
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(986)	53.560	52.575	(986)	51.589
TAESA	188.745	(4.660)	184.085	179.424	(4.660)	174.764
Light	186.437	(11.181)	175.256	-	-	-
RME	43.365	(2.532)	40.833	-	-	-
TOTAL GERAL	1.107.159	(37.699)	1.069.460	659.499	(19.365)	640.134

A movimentação dos Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, é como segue:

CONTROLADORA						
Investidas	31/12/2018	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/06/2019
Cemig Geração e Transmissão	5.064.127	920.347	-	-	-	5.984.474
Cemig Distribuição	4.642.358	1.567.167	-	-	-	6.209.525
Ativas Data Center	16.509	(414)	-	-	-	16.095
Gasmig	1.439.005	79.522	(113.687)	-	(864)	1.403.976
Cemig Geração Distribuída	2.741	(1.353)	(944)	10.337	-	10.781
LEPSA (1)	5.099	9	-	-	(5.108)	-
RME (1)	47.155	6.652	-	-	(53.807)	-
Efficientia	17.532	334	(1.456)	-	-	16.410
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	2.848	-	-	-	22.538
Axiom Soluções Tecnológicas	8.301	-	-	5.765	-	14.066
Taesá	1.143.189	97.719	(33.363)	-	(193)	1.207.352
Cemig Overseas	-	-	-	-	37	37
	12.405.706	2.672.831	(149.450)	16.102	(59.935)	14.885.254

(1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação das subsidiárias integrais RME e LEPSA em abril/2019.

CONSOLIDADO						
Investidas	31/12/2018	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/06/2019
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	2.848	-	-	-	22.538
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	5.310	(3.421)	-	-	51.102
Hidrelétrica Pipoca	30.629	818	(2.220)	-	-	29.227
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	270.090	(38.820)	-	-	-	231.270
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	470.022	(32.062)	-	-	-	437.960
Baguari Energia	162.224	9.953	(13.563)	-	-	158.614
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.012.635	(3.797)	-	75	-	1.008.913
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	663.755	(3.587)	-	953	-	661.121
Ativas Data Center	16.509	(414)	-	-	-	16.095
Taesá	1.143.189	97.719	(33.363)	-	(193)	1.207.352
Aliança Geração	1.216.860	60.904	-	-	-	1.277.764
Retiro Baixo	170.720	4.666	-	-	-	175.386
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.042	(38)	-	-	-	9.004
Total do Investimento	5.234.578	103.500	(52.567)	1.028	(193)	5.286.346

CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes	Outros	30/06/2018
Cemig Geração e Transmissão	4.793.832	66.889	-	-	-	-	4.860.721
Cemig Distribuição (2)	3.737.310	177.656	-	-	560.000	(99.076)	4.375.890
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	(416)	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	(128)	-	-	-	17.116	16.988
Rosal Energia	106.897	9.958	-	(16.342)	-	17.547	118.060
Sá Carvalho	102.536	13.574	-	(16.147)	-	-	99.963
Gasmig	1.418.271	61.324	-	(81.308)	-	-	1.398.287
Horizontes Energia	53.165	11.604	-	(8.015)	-	-	56.754
Usina Térmica Ipatinga	4.932	106	-	(314)	-	-	4.724
Cemig PCH	96.944	15.396	-	(16.122)	-	-	96.218
LEPSA (2)	455.861	6.389	-	(2.963)	-	(22.083)	437.204
RME (2)	383.233	1.635	-	(1.200)	-	(16.565)	367.103
UTE Barreiro	17.982	120	-	-	-	-	18.102
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	18.403	26.232	-	(17.820)	-	-	26.815
Efficientia	7.084	730	-	(231)	9.070	-	16.653
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	2.004	428	-	(220)	-	-	2.212
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	2.446	-	(4.804)	-	-	18.226
Light (2)	1.083.140	8.202	-	(7.689)	-	(44.146)	1.039.507
Cemig Trading	29.206	26.582	-	(28.006)	-	-	27.782
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(4.146)	-	-	-	-	7.720
Taesa	1.101.462	100.028	-	(89.576)	-	-	1.111.914
Cemig Overseas	158	-	-	-	35	-	193
	13.692.183	529.803	(416)	(290.757)	569.105	(398.882)	14.101.036

- (1) A movimentação incluída na coluna de “Outros” decorre da incorporação da Cemig Telecom em março/2018.
- (2) A movimentação incluída na coluna “Outros” decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período.

CONSOLIDADO						
Investidas	31/12/2017	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/06/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	2.446	(4.804)	-	-	18.226
Light (1)	1.534.294	15.107	(11.532)	-	(66.220)	1.471.649
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(4.146)	-	-	-	7.720
RME (1)	383.233	1.635	(1.200)	-	(16.565)	367.103
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	6.739	(16.350)	-	-	48.346
Guanhães Energia	25.018	(299)	-	34.889	-	59.608
Hidrelétrica Pipoca	26.023	3.357	(1.203)	-	-	28.177
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	534.761	(77.435)	-	84	-	457.410
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	582.504	(65.933)	-	-	-	516.571
Lightger	40.832	2.308	(1.779)	-	-	41.361
Baguari Energia	148.422	16.088	(3.558)	-	-	160.952
Central Eólica Praias de Parajuru	60.101	(6.086)	-	-	-	54.015
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(13.636)	-	-	-	54.089
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(4.748)	-	-	-	45.821
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	28.243	-	70.181	-	964.978
Ativas Data Center	17.450	(891)	-	-	429	16.988
Taesa	1.101.462	100.028	(89.576)	-	-	1.111.914
Renova	282.524	(89.092)	-	-	-	193.432
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.477)	-	3.399	-	3.621
Aliança Geração	1.242.170	38.212	-	-	-	1.280.382
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	17.420	-	41.365	-	635.489
Retiro Baixo	157.773	7.927	-	-	-	165.700
Total do Investimento	7.792.225	(26.233)	(130.002)	149.918	(82.356)	7.703.552

- (1) A movimentação incluída na coluna “Outros” decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período. Vide nota explicativa nº 2.2

- b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de Ações	30/06/2019			31/12/2018		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.600.000	6.336.603	100,00	2.600.000	4.980.136
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	4.201.884	15,51	10.619.786	4.656.593
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	104.290	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	267.878	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	59.060	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.591	69,39	186.573	233.793
Central Eólica Praias de Parajuru	71.834.843	100,00	71.835	81.438	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio	138.867.440	100,00	138.867	81.364	100,00	138.867	84.355
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	92.752	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.243.943	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.527.723	74,50	1.322.528	1.354.245	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	2.025.081	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	288.808	49,90	222.850	278.065
Renova (1)	41.719.724	36,23	2.919.019	(685.314)	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	22.165.114	49,00	22.165	9.821	49,00	22.165	10.470
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	22	100,00	306	36
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.410.905	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	448.235	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	180.892	100,00	151.309	178.544
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	134.397	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	177.619	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	120.826	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	72.483	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	128.110	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	133.168	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	62.651	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	94.787	100,00	45.952	92.987
Usina Termelétrica do Barreiro S.A.	1.402.000	100,00	1.402	3.473	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	54.159	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.906	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	57.276	100,00	1.000	28.135
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.771.998	6.209.525	100,00	2.771.998	4.642.358
Light	203.934.060	49,99	2.225.822	3.656.609	26,06	2.225.821	3.389.492
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.857.614	21,68	3.042.034	4.572.051
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	82.116	19,60	182.063	84.232
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	973.775	99,57	665.429	1.001.294
Cemig Geração Distribuída	174.281	100,00	174	10.781	100,00	174	2.741
LEPSA	-	-	-	-	100,00	406.341	446.591
RME	-	-	-	-	100,00	403.040	423.228
Efficientia	15.121.845	100,00	15.122	16.410	100,00	15.122	17.532
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	44.193	51,00	28.000	38.608
Axxiom Soluções Tecnológicas	58.365.000	49,00	58.365	20.822	49,00	46.600	16.943

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia, com participação direta de 8,54%.

No período findo em 30 de junho de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R\$454.708 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$11.046.981, decorrente, substancialmente, da reclassificação de saldos de “Empréstimos e Financiamentos”, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, com vencimentos após 30 de junho de 2020, para o circulante.

A reclassificação desse montante para o passivo circulante ocorreu, exclusivamente, em função dos contratos de financiamento da MESA conterem cláusula facultando aos credores declararem vencimento antecipado dos créditos em razão da ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer dos intervenientes nos contratos de financiamento, evento que ocorreu em 17 de junho de 2019, com as intervenientes dos referidos contratos Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (OPI), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (OEB) e Odebrecht S.A..

A Administração da MESA obteve subsequentemente a 30 de junho de 2019, declarações de não exercício por parte dos credores da cláusula de vencimento antecipado nos próximos doze meses em função do pedido de recuperação judicial dos intervenientes mencionados acima. Portanto, a parcela reclassificada da dívida no montante de R\$10.717.521 voltará a ser classificada no passivo não circulante no próximo trimestre.

Adicionalmente à reclassificação acima mencionada, deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Continuidade operacional

No período findo em 30 de junho de 2019, a Renova apresentou prejuízo de R\$608.825, prejuízos acumulados de R\$3.659.712, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes consolidados de R\$940.928, patrimônio líquido negativo de R\$685.314, margem bruta negativa e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com seus compromissos operacionais e, inclusive, de construção dos parques eólicos e solares. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova em 30 de junho de 2019.

Adicionalmente face aos eventos ocorridos no 2º trimestre de 2019 na Renova, notadamente: (i) cassação por parte da ANEEL, em 04 de junho de 2019, da autorização dos Projetos do AS3 Fase B, devido ao atraso no cronograma; (ii) na mesma data, a ANEEL demonstrou intenção de cancelar o contrato de energia regulada LER 2013 (“PPA AS3 Fase A”), por atraso na entrada em operação dos parques e sob alegação de que os preços da energia são hoje muito superiores aos dos últimos leilões do mercado regulado e, (iii) em 19 de junho de 2019, a AES demonstrou a impossibilidade de seguir com a compra, conforme as bases do CCVA AS3, em razão da negociação frustrada com o fornecedor dos aerogerados, com isso as bases comerciais para a venda do AS III foram alteradas em relação a proposta anteriormente assinada resultando em uma desvalorização do ativo, para o qual foi constituída na Renova uma provisão complementar de *impairment* no montante de R\$ 259.421, no trimestre findo em 30 de junho de 2019.

Diante deste cenário, a investida em conjunto com seus acionistas, incluindo a Cemig GT, mantém em andamento um Plano de Restruturação Societária e Financeira com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, equacionar a estrutura de capital e honrar os seus compromissos, incluindo a aprovação dos termos de negociação com a AES para a venda de parques eólicos da investida, renegociação do prazo de vencimento da dívida com o BNDES e o reperfilamento dos valores devidos a partes relacionadas, incluindo a Companhia. A Administração da Companhia e a Administração da investida entendem que, com o sucesso das medidas aprovadas, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a investida.

Adicionalmente, a Cemig GT possuía Contas a Receber com a Renova, no valor de R\$688 milhões em 30 de junho de 2019, com atualização financeira calculada pela variação de 150% a 155% do CDI e vencimento final em dezembro de 2021. Considerando o patrimônio líquido negativo e as incertezas relacionadas ao processo de reestruturação financeira da Investida, conforme mencionado acima, foi registrada no segundo trimestre de 2019 uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo a receber.

A continuidade operacional da Renova depende do sucesso da implementação das medidas acima, da continuidade do fluxo de dividendos de suas investidas, bem como da obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Contrato para aquisição de participação na Renova

Como parte do Plano de Reestruturação Societária e Financeira da Renova, em 21 de março de 2019, foi assinado contrato de compra e venda de ações referente à aquisição integral, pela controlada Cemig GT e Light Energia, da participação acionária na Renova Energia detida pela CG I, estando prevista a celebração de Instrumento Particular de Cessão de Posição Contratual, que transferirá integralmente os direitos e obrigações da Cemig GT para a Light Energia. Essa Reestruturação, contempla ainda a celebração de Acordo de Investimento com a Light Energia que prevê aportes de capital a serem efetuados pela Cemig GT na Renova que serão utilizados pela Investida no desenvolvimento e manutenção das suas atividades operacionais.

Negociações Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, foi assinado, pela Renova, contrato de compra e venda de ações ("CCVA") referente à operação de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para a AES Tietê Energia S.A. ("AES"), subdividido em Fases A e B, estando ainda em discussão das questões financeiras e demais obrigações relacionadas ao processo de alienação. A operação está sujeita a: (i) eventual acréscimo de valor sob a forma de *earn-out*, caso o desempenho dos ventos da Fase A exceda a referência assumida na negociação; (ii) equacionamento das dívidas com credores do projeto, sendo que a AES Tietê assumirá a dívida financeira estimada em R\$988 milhões, majoritariamente com o BNDES.

Face aos eventos ocorridos no 2º trimestre de 2019 e que eram considerados condições precedentes e suspensivas para as negociações com a AES, as partes estão negociando a prorrogação do referido contrato por um prazo adicional de 60 (sessenta) dias, que se encerra em outubro de 2019.

Prorrogação de prazo e reperfilamento de dívidas junto a credores

Em 23 de julho de 2019, a Renova celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com o banco Citibank no valor de R\$185,6 milhões para reperfilamento de dívida vencida, com prazo total de 6 anos, pagamento de juros trimestrais e carência de um ano para início do pagamento do principal.

Em 15 de agosto de 2019, o empréstimo ponte contraído junto ao BNDES com recursos destinados à execução das obras do complexo Eólico Alto Sertão III, no valor de R\$988 milhões em 30 de junho de 2019, que venceria em 15 de agosto de 2019, teve sua data de vencimento prorrogada por 60 dias, passando a vencer em 15 de outubro de 2019.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de montagem, organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$3.167.535 em 30 de junho de 2019. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2019 é de R\$1.889.881.

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais

A Cemig manifestou, em 20 de dezembro de 2018, à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras”), interesse em exercer o seu direito de preferência na aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais S.A. – Centroeste (“Centroeste”), objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018.

Em 15 de janeiro de 2019, a Cemig tomou conhecimento da homologação pela Eletrobras do Leilão Eletrobras nº 01/2018, referente ao exercício do direito de preferência, pela Companhia, na aquisição da participação societária na Centroeste, cuja conclusão se dará no exercício de 2019.

c) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buena Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independente adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência efetuados por terceiros que venham a ser firmados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Cemig GT e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo. Adicionalmente, foi constituído, na Renova, um comitê de acompanhamento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanham a investigação interna, cujo escopo compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo a legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, do Código de ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços no âmbito dessa investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, ocorreu a segunda fase da operação. As investigações da operação “E o Vento Levou” ainda estão em andamento e conforme Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, a Renova está em total colaboração com as autoridades no tocante a essas investigações.

Embora exista evidência de deficiências de controles internos relacionados com certos pagamentos e arquivamento de documentação suporte de serviços prestados por terceiros, procedimentos adicionais estão sendo requeridos para determinar a existência de elementos que embasariam os itens sob investigação na investida. Como resultado, exceto pela constituição de provisão para auto de infração lavrado pela Receita Federal no montante de R\$1.788 na investida, nenhum efeito das investigações foi registrado nas informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019 da Renova ou da Companhia.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA. Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

Em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. Considerando o atual estágio e resultados preliminares dessa 1ª fase das investigações internas, nenhum efeito foi registrado nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2019. As investigações continuam em andamento, com previsão de conclusão até o final do exercício de 2019.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

18. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	247.687	(17.087)	230.600	231.223	(16.174)	215.049
Reservatórios, barragens e adutoras	3.284.866	(2.166.400)	1.118.466	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.111.810	(823.732)	288.078	1.114.229	(800.430)	313.799
Máquinas e equipamentos	2.787.113	(1.958.273)	828.840	2.772.738	(1.918.442)	854.296
Veículos	30.641	(26.948)	3.693	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	15.659	(12.068)	3.591	16.385	(12.718)	3.667
	7.477.776	(5.004.508)	2.473.268	7.448.500	(4.906.669)	2.541.831
Em curso						
Ativos em curso	129.852	-	129.852	119.754	-	119.754
Imobilizado líquido	7.607.628	(5.004.508)	2.603.120	7.568.254	(4.906.669)	2.661.585

Controladora	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	408	(298)	110	408	(297)	111
Máquinas e equipamentos	5.852	(4.804)	1.048	5.840	(4.627)	1.213
Móveis e utensílios	2.238	(1.882)	356	2.238	(1.878)	360
	8.580	(6.984)	1.596	8.568	(6.802)	1.766
Em curso						
Ativos em curso	459	-	459	484	-	484
Imobilizado líquido	9.039	(6.984)	2.055	9.052	(6.802)	2.250

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências / Capitalizações (2)	Saldo em 30/06/2019
Em serviço						
Terrenos (1)	215.049	-	-	(1.388)	16.939	230.600
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	-	(40.479)	8.450	1.118.466
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.799	-	-	(9.342)	(16.379)	288.078
Máquinas e equipamentos	854.296	-	(600)	(44.489)	19.633	828.840
Veículos	4.525	-	-	(773)	(59)	3.693
Móveis e utensílios	3.667	-	(3)	(152)	79	3.591
	2.541.831	-	(603)	(96.623)	28.663	2.473.268
Em curso	119.754	34.414	-	-	(24.316)	129.852
Imobilizado líquido	2.661.585	34.414	(603)	(96.623)	4.347	2.603.120

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
(2) Foram transferidos saldos para o imobilizado provenientes do ativo intangível e do ativo de contrato, nos montantes de R\$4.325 e R\$22, respectivamente.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência a p/ mantidos para venda	Transferência s/ Capitalizações	Saldo em 30/06/2018
Em Serviço							
Terrenos (1)	211.272	-	(3)	(1.247)	-	-	210.022
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.233.576	-	(2.575)	(40.447)	-	146	1.190.700
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	331.362	-	(237)	(9.358)	-	568	322.335
Máquinas e Equipamentos	873.551	-	(5.095)	(41.444)	(255.758)	19.231	590.485
Veículos	3.105	-	-	(666)	-	2.822	5.261
Móveis e Utensílios	3.395	-	-	(169)	-	497	3.723
	2.656.261	-	(7.910)	(93.331)	(255.758)	23.264	2.322.526
Em Curso	106.049	26.272	(1.152)	-	-	(32.781)	98.388
Imobilizado líquido	2.762.310	26.272	(9.062)	(93.331)	(255.758)	(9.517)	2.420.914

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Transferência	Depreciação	Saldo em 30/06/2019
Em serviço				
Terrenos	82	-	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	111	-	(1)	110
Máquinas e equipamentos	1.213	25	(190)	1.048
Móveis e utensílios	360	-	(4)	356
	1.766	25	(195)	1.596
Em curso	484	(25)	-	459
Imobilizado líquido	2.250	-	(195)	2.055

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências (1)	Depreciação	Baixa	Saldo em 30/06/2018
Em Serviço							
Terrenos	-	82	-	-	-	-	82
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	116	-	-	(1)	-	115
Máquinas e Equipamentos	1.338	262.138	(255.758)	-	(5.802)	(468)	1.448
Móveis e Utensílios	13	405	-	-	(16)	-	402
	1.351	262.741	(255.758)	-	(5.819)	(468)	2.047
Em Curso	459	9.025	-	(9.025)	-	-	459
Imobilizado Líquido - Controladora	1.810	271.766	(255.758)	(9.025)	(5.819)	(468)	2.506

(1) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom. O valor de R\$9.025 foi transferido para a conta estoque

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,72% para primeiro semestre de 2019.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

19. INTANGÍVEIS

A composição do saldo dos intangíveis em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Consolidado	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	11.749	(3.001)	8.748	11.749	(2.664)	9.085
Concessão onerosa	19.169	(12.270)	6.899	19.169	(11.930)	7.239
Ativos de Concessão	18.939.096	(8.314.662)	10.624.434	18.674.138	(7.994.650)	10.679.488
Outros	77.912	(65.241)	12.671	84.868	(66.071)	18.797
	19.047.926	(8.395.174)	10.652.752	18.789.924	(8.075.315)	10.714.609
Em curso	65.864	-	65.864	62.582	-	62.582
Intangível líquido	19.113.790	(8.395.174)	10.718.616	18.852.506	(8.075.315)	10.777.191

Controladora	30/06/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	14.880	(9.778)	5.102	14.880	(8.946)	5.934
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	231	(73)	158	231	(73)	158
	15.119	(9.859)	5.260	15.119	(9.027)	6.092
Em curso	33	-	33	33	-	33
Intangível líquido	15.152	(9.859)	5.293	15.152	(9.027)	6.125

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 30/06/2019
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.085	-	-	(337)	-	8.748
Concessão onerosa	7.239	-	-	(340)	-	6.899
Ativos de concessão	10.679.488	-	(5.898)	(343.275)	294.119	10.624.434
Outros	18.797	-	-	(2.326)	(3.800)	12.671
	10.714.609	-	(5.898)	(346.278)	290.319	10.652.752
Em curso	62.582	17.375	-	-	(14.093)	65.864
Intangível Líquido - Consolidado	10.777.191	17.375	(5.898)	(346.278)	276.226	10.718.616

(1) As transferências foram realizadas entre o ativo intangível, ativo de contrato e imobilizado conforme segue: (1) R\$280.653 transferidos do ativo de contrato para o ativo intangível; (R\$4.325) transferidos do ativo intangível para o imobilizado e (3) (R\$102) transferidos do ativo intangível para o ativo financeiro.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 (nota 16)	Adição	Baixa	Amortização	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Outras Transferências	Saldo em 30/06/2018
Em Serviço									
Com Vida Útil Definida									
Servidão	9.759	-	-	-	(337)	-	-	-	9.422
Concessão Onerosa	7.918	-	-	-	(340)	-	-	-	7.578
Ativos de Concessão	10.435.391	-	-	(5.197)	(328.997)	-	330.811	347	10.432.355
Outros	17.188	-	1.064	(112)	(2.795)	(6.947)	5.053	-	13.451
	10.470.256		1.064	(5.309)	(332.469)	(6.947)	335.864	347	10.462.806
Em Curso		(621.247)							
(reclassificado)	685.672		15.522	-	-	-	(71.662)	-	8.285
Intangível Líquido (reclassificado)	11.155.928	(621.247)	16.586	(5.309)	(332.469)	(6.947)	264.202	347	10.471.091
Reclassificação (a)	-	621.247	368.376	(856)	-	-	(274.906)	-	713.861
Intangível Líquido (originalmente apresentado)	11.155.928	-	384.962	(6.165)	(332.469)	(6.947)	(10.704)	347	11.184.952

(a) Para comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia e gás, originalmente apresentados em 30 de junho de 2018 como ativo intangível, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 16).

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Amortização	Saldo em 30/06/2019
Em serviço			
Com vida útil definida			
Direito de uso de softwares	5.934	(832)	5.102
Outros	158	-	158
	6.092	(832)	5.260
Em curso	33	-	33
Intangível líquido	6.125	(832)	5.293

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados a infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Ativos de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos. Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de junho de 2019, está contemplado R\$2.699 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.

As principais taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o seu padrão de consumo esperado. A taxa de amortização média anual é de 4,12%.

20. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de janeiro a junho de 2019 foram imateriais.

a) Direito de Uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	01/01/2019	30/06/2019	01/01/2019
Imóveis	221.162	238.482	5.303	19.844
Veículos	84.633	103.557	-	-
Outros	257	411	-	-
	306.052	342.450	5.303	19.844

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	238.482	103.557	411	342.450
Amortização	(17.320)	(18.924)	(154)	(36.398)
Saldos em 30 de junho de 2019	221.162	84.633	257	306.052

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	19.844
Baixa	(13.170)
Amortização	(1.371)
Saldo em 30 de junho de 2019	5.303

b) Passivo de Arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	342.450	19.844
Baixa	-	(13.170)
Juros incorridos	18.332	286
Pagamentos efetuados	(49.570)	(1.760)
Saldos em 30 de junho de 2019	311.212	5.200
Passivo Circulante	91.572	2.646
Passivo não circulante	219.640	2.554

- 1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 33.

21. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Energia de curto prazo - CCEE	195.400	139.375
Encargos de uso da rede elétrica	129.410	122.374
Energia elétrica comprada para revenda	813.501	775.336
Itaipu binacional	282.410	268.004
Gás comprado para revenda	121.989	123.664
Materiais e serviços	298.084	372.499
	1.840.794	1.801.252

22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS	146.582	167.886	1.421	1.587
COFINS	120.555	146.004	2.994	18.404
PASEP	23.958	31.664	480	3.988
INSS	22.170	22.730	1.627	2.226
Outros	21.371	41.541	708	18.809
	334.636	409.825	7.230	45.014
Não circulante				
COFINS	26.316	25.280	-	-
PASEP	4.290	4.116	-	-
	30.606	29.396	-	-
	365.242	439.221	7.230	45.014
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PASEP/COFINS	4.110.513	1.123.680	-	-
	4.110.513	1.123.680	-	-

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem recebidos pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Mais informações na nota explicativa nº 9.

23. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencime nto Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado			
				30/06/2019			31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	US\$	1.842	17.497	19.339	25.936
Eurobonds (2)	2024	9,25%	US\$	43.441	5.748.300	5.791.741	5.856.124
KFW (2)	2019	1,78%	EUR\$	-	-	-	229
(-) Custos de transação				-	(20.013)	(20.013)	(21.319)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(32.213)	(32.213)	(34.269)
Dívida em moeda estrangeira				45.283	5.713.571	5.758.854	5.826.701
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.(4)	2022	146,50% do CDI	R\$	69.850	432.500	502.350	502.531
Caixa Econômica Federal (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	85.566	541.057	626.623	626.632
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	58.093	-	58.093	55.576
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	112.999	-	112.999	107.791
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	13.970	13.893	27.863	33.182
Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	3.255	2.051	5.306	4.985
Consórcio Pipoca (2)	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	47.073	47.073	45.531
Nota Promissória - 9ª Emissão - Série Única (4)	2019	151,00% do CDI	R\$	445.479	-	445.479	425.571
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				(17.484)	-	(17.484)	(23.508)
(-) Custos de Transação				(1.690)	(5.482)	(7.172)	(12.524)
Dívida em Moeda Nacional				770.223	1.031.092	1.801.315	1.765.952
Total de Empréstimos e Financiamento				815.506	6.744.663	7.560.169	7.592.653
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	359.163	684.185	1.043.348	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	18.997	16.490	35.487	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	341.586	510.619	852.205	1.022.646
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	536.487	534.787	1.071.274	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	16.822	938.528	955.350	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4)	2022	146,50% do CDI	R\$	217.175	1.362.377	1.579.552	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4)	2020	CDI + 1,75%	R\$	553.127	-	553.127	551.214
Debêntures (8)	2022	TJLP+1,82% (69%) e Selic+1,82% (31%)	R\$	33.007	76.375	109.382	124.801
Debêntures (8)	2019	116,50% do CDI	R\$	50.086	-	50.086	50.086
Debêntures (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.000	80.000	100.000	100.033
(-) Custos de Transação				(12.873)	(20.718)	(33.591)	(40.881)
Total de debêntures				2.133.577	4.182.643	6.316.220	7.179.175
Total geral consolidado				2.949.083	10.927.306	13.876.389	14.771.828

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora			
				30/06/2019			31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	47.073	47.073	45.531
(-) Custos de transação				-	(369)	(369)	(450)
Total de empréstimos e financiamentos				-	46.704	46.704	45.081

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$ 172.857, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$ 153.519. As taxas de juros variam entre 2 a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Cemig Geração e Transmissão.
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (4) Cemig Distribuição.
- (5) Central Eólica Praias de Parajuru.
- (6) Central Eólica Volta do Rio.
- (7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- (8) Gasmig.
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 32.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo “simples” não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2019, é garantido da seguinte forma:

	30/06/2019
Nota Promissória, Aval e Fiança	8.843.946
Recebíveis	3.321.504
Ações	1.554.039
Sem garantia	156.900
TOTAL	13.876.389

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Moedas								
Dólar Norte-Americano	45.283	-	-	-	-	5.765.797	-	5.811.080
Total por moedas	45.283	-	-	-	-	5.765.797	-	5.811.080
Indexadores								
IPCA (1)	75.609	872.535	871.774	581.830	234.632	234.632	234.632	3.105.644
UFIR/RGR (2)	7.597	11.215	3.407	3.265	2.379	-	-	27.863
CDI (3)	1.143.606	1.009.322	1.146.046	1.453.979	19.999	-	-	4.772.952
URTJ/TJLP (4)	183.297	21.253	20.946	21.037	-	-	-	246.533
IGP-DI (5)	2.629	266	968	577	577	289	-	5.306
Total por Indexadores	1.412.738	1.914.591	2.043.141	2.060.688	257.587	234.921	234.632	8.158.298
(-) Custos de transação	(7.609)	(12.353)	(13.181)	(7.146)	(158)	(20.171)	(158)	(60.776)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(32.213)	-	(32.213)
Total Geral	1.450.412	1.902.238	2.029.960	2.053.542	257.429	5.948.334	234.474	13.876.389

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Indexadores								
CDI (3)	-	-	47.073	-	-	-	-	47.073
Total por indexadores	-	-	47.073	-	-	-	-	47.073
(-) Custos de transação	-	-	(369)	-	-	-	-	(369)
Total geral	-	-	46.704	-	-	-	-	46.704

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2019	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2018	Indexador	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2019	Variação % Acumulada no primeiro semestre de 2018
Dólar Norte-Americano	(1,66)	16,01	IPCA	1,46	1,89
			CDI	1,54	1,56
			TJLP	(10,95)	(2,22)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.397.697	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Cemig Telecom	-	65.032
Empréstimos e Financiamentos obtidos	400.000	-
Custo de Transação	(4.140)	-
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	395.860	-
Variação Monetária	65.305	-
Variação Cambial	554.278	-
Encargos Financeiros Provisionados	619.355	1.156
Amortização do Custo de Transação	15.548	153
Encargos Financeiros Pagos	(671.651)	(438)
Amortização de Financiamentos	(774.715)	(3.766)
Subtotal	14.601.677	62.137
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	2.377	-
Saldos em 30 de junho de 2018	14.604.054	62.137
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.771.828	45.081
Variação monetária	82.711	-
Variação cambial	(70.470)	-
Encargos financeiros provisionados	628.774	1.542
Amortização do custo de transação	13.948	81
Encargos financeiros pagos	(706.605)	-
Amortização de financiamentos	(849.821)	-
Subtotal	13.870.365	46.704
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	6.024	-
Saldos em 30 de junho de 2019	13.876.389	46.704

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos aos empréstimos.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o ativo intangível e para o ativo de contrato os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Encargos de empréstimos e financiamentos	628.774	619.355
Encargos financeiros capitalizados no intangível no ativo de contrato (1) (nota 19 e nota 16)	(22.822)	(16.392)
Efeito líquido no resultado	605.952	602.963

(1) A taxa média de capitalização foi de 8,79% a.a. em 2019 (9,64% a.a. em 2018).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 5,0 em 30/06/2019 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
Cédula de crédito bancário do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, 5ª e 6ª emissões de debêntures e 9ª emissão de nota promissória Cemig D (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 3,8 em 30/06/2019 3,8 em 31/12/2019 3,3 em 30/06/2020 3,3 em 31/12/2020 3,3 em 30/06/2021 3,3 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 4,25 em 30/06/2019 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
	Índice de Liquidez Corrente	Manter índice igual ou maior a 0,6x	Manter índice igual ou maior a 0,6x	-	
	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	-	Anual
Debêntures	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	-	Anual
GASMIG (4)	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	-	Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter Índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (5)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Os títulos descritos acima possuem exigibilidade de cumprimento das respectivas cláusulas restritivas em conformidade aos índices requeridos até o seu vencimento, conforme demonstrado em quadro detalhado do início desta Nota Explicativa.
- (4) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (5) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do *Índice de Cobertura do Serviço da Dívida* anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.

As cláusulas restritivas foram atendidas em 30 de junho de 2019, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o Passivo circulante o montante de R\$171.092, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no Passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos decorrentes deste assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, os contratos de financiamento da MESA contêm cláusula facultando aos credores declararem vencimento antecipado dos créditos em razão da ocorrência de pedido de recuperação judicial de quaisquer dos intervenientes nos contratos de financiamento, dentre os quais a Cemig GT. Em 17 de junho de 2019, as intervenientes dos referidos contratos Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (OPI), Odebrecht Energia do Brasil S.A. (OEB) e Odebrecht S.A entraram com o pedido de recuperação judicial, resultando no descumprimento da cláusula que prevê o vencimento antecipado. A Administração da Cemig GT avaliou os possíveis reflexos em seus contratos e não identificou condição de *cross default* em decorrência do descumprimento de *covenants* pela MESA.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento permanente foram atendidas em 30 de junho de 2019.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 33.

24. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Passivo		
Reserva Global de Reversão – RGR	27.306	29.068
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	112.518	122.217
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.515	2.329
Eficiência Energética	254.769	257.956
Pesquisa e Desenvolvimento	213.534	224.970
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.020	2.536
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.669	4.746
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	8.585	6.631
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	4.996	5.804
Encargo de Capacidade Emergencial	30.967	30.994
Outros	14.274	5.686
	675.153	692.937
Passivo Circulante	510.867	514.412
Passivo Não Circulante	164.286	178.525

25. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181
Despesa reconhecida no resultado	95.967	91.162	1.906	13.521	202.556
Contribuições pagas	(87.249)	(54.435)	(1.237)	(4.560)	(147.481)
Passivo líquido em 30 de junho de 2018	2.077.073	1.846.168	39.174	278.841	4.241.256
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344
Despesa reconhecida no resultado	98.345	111.173	2.278	20.481	232.277
Contribuições pagas	(96.622)	(59.788)	(1.313)	(5.314)	(163.037)
Passivo líquido em 30 de junho de 2019	2.171.333	2.395.184	48.517	442.550	5.057.584
				30/06/2019	31/12/2018
Passivo Circulante				277.531	252.688
Passivo Não Circulante				4.780.053	4.735.656

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	333.484	111.568	2.659	11.786	459.497
Despesa reconhecida no resultado	15.833	5.387	129	641	21.990
Contribuições pagas	(4.292)	(3.330)	(78)	(175)	(7.875)
Passivo líquido em 30 de junho de 2018	345.025	113.625	2.710	12.252	473.612
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	357.354	132.188	3.198	16.711	509.451
Despesa reconhecida no resultado	16.293	6.128	152	825	23.398
Contribuições pagas	(4.752)	(4.220)	(84)	(212)	(9.268)
Passivo líquido em 30 de junho de 2019	368.895	134.096	3.266	17.324	523.581
				30/06/2019	31/12/2018
Passivo Circulante				23.093	13.774
Passivo Não Circulante				500.488	495.677

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$198.699 (R\$169.397 no primeiro semestre de 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$33.578 (R\$33.159 no primeiro semestre de 2018).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - FORLUZ

Em 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$615.200 (R\$651.966 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia e suas controladas mantêm o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

A FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de junho de 2019, o montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência dos déficits de 2015 e 2016 apurados no Plano A é de R\$559.382 (R\$377.449 em 31 de dezembro de 2018), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 03 de abril de 2019, foi celebrado um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R\$178.328, com amortizações mensais até 2033. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

26. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2019
Trabalhistas	456.889	142.730	(36.172)	(49.740)	513.707
Cíveis					
Relações de consumo	18.876	7.558	(2.394)	(7.483)	16.557
Outras ações cíveis	29.011	8.964	(13.052)	(8.955)	15.968
	47.887	16.522	(15.446)	(16.438)	32.525
Tributárias	51.894	21.524	(2.214)	(21.520)	49.684
Ambientais	1.257	110	-	-	1.367
Regulatórias	36.691	1.941	(989)	(1.029)	36.614
Outras	46.053	9.785	(1.302)	(632)	53.904
Total	640.671	192.612	(56.123)	(89.359)	687.801

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	473.874	32.812	(35.872)	(14.689)	456.125
Cíveis					
Relações de consumo	18.632	11.522	(362)	(9.393)	20.399
Outras ações cíveis	43.105	2.985	(1.617)	(2.496)	41.977
	61.737	14.507	(1.979)	(11.889)	62.376
Tributárias	57.048	199	(3.405)	(139)	53.703
Ambientais	45	31	-	(27)	49
Regulatórias	39.812	10.069	-	(744)	49.137
Outras	45.597	4.408	(2.734)	(227)	47.044
Total	678.113	62.026	(43.990)	(27.715)	668.434

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2019
Trabalhistas	32.807	15.853	0	-4.213	44.447
Cíveis					
Relações de consumo	931	149	(405)	(149)	526
Outras ações cíveis	759	1	(255)	(1)	504
	1.690	150	(660)	(150)	1.030
Tributárias	11.269	21.486	(1.218)	(21.486)	10.051
Regulatórias	17.180	607	-	-	17.787
Outras	1.258	49	(605)	-	702
Total	64.204	38.145	(2.483)	(25.849)	74.017

	Controladora					
	31/12/2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2018
Trabalhistas	38.603	22	10.884	-	(3.230)	46.279
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Relações de consumo	1.024	-	1.055	-	(365)	1.714
Outras ações cíveis	958	-	490	-	(1)	1.447
	1.982	-	1.545	-	(366)	3.161
Tributárias	7.473	-	74	(87)	(14)	7.446
Regulatórias	13.959	-	3.709	-	(409)	17.259
Outras	1.177	-	77	(67)	(16)	1.171
Total	63.194	22	16.289	(154)	(4.035)	75.316

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.701.941 (R\$1.724.929 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$487.846 foram provisionados (R\$456.889 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$97.212 (R\$87.573 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$25.861 foram provisionados mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$64.807 (R\$66.399 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.557 (R\$18.876 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$284.222 (R\$277.048 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$15.968 (R\$29.011 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$184.242 (R\$160.420 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$45.689 (R\$46.472 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$73.559 (R\$142.210 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$3.995 foram provisionados (R\$5.422 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$15.598 (R\$15.154 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.367 foram provisionados (R\$1.257 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$292.543 (R\$259.800 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$36.614 (R\$36.691 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$38.836 (R\$36.280 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$308.555 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$3.845 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$181.656 (R\$188.743 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$11.223 foram provisionados (R\$11.030 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia e suas controladas.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$278.603 (R\$274.871 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$283.695 (R\$303.584 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados (PLR), programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.486.636 (R\$1.419.637 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$151.053 (R\$145.689 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$225.803 (R\$221.414 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$380.561 (R\$349.760 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$1.033.427 (R\$975.196 em 31 de dezembro de 2018), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas na Resoluções 414 e 456 da ANEEL.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$332.866 (R\$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias, contra essa decisão foi interposto recurso especial, sendo que em junho de 2019 o processo foi baixado, tendo em vista que a ação anulatória proposta pela Autora (APINE) transitou em julgado, tornando definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3/2013, na parte em que inclui os agentes de geração no rateio do custo do despacho adicional de usina para garantir o suprimento energético, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução CNPE nº 8/2007.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$317.098 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$158.045 (R\$148.205 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$91.954 (R\$87.159 em 31 de dezembro de 2018).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$422.709 (R\$412.054 em 31 de dezembro de 2018) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$96.447 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia é de R\$7.293.763, representado por 487.614.213 ações ordinárias e 971.138.388 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00.

b) Lucro por ação

	Quantidade de ações	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	487.614.213
Ações em tesouraria	(69)	(69)
	487.614.144	487.614.144
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	971.138.388
Ações em tesouraria	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	970.577.739
Total	1.458.191.883	1.458.191.883

Lucro básico e diluído por ação

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 32 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Jun/ 2019	Jan a Jun/ 2018	Abr a Jun /2019	Abr a Jun / 2018
Lucro líquido (Prejuízo) do período	2.911.850	453.411	2.114.774	(11.038)
Total de ações	1.458.191.883	1.458.191.883	1.458.191.883	1.458.191.883
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – operações em continuidade (R\$)	2,00	0,29	1,45	(0,03)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – operações descontinuadas (R\$)	-	0,02	-	0,02
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	2,00	0,31	1,45	(0,01)

c) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(227.287)	(256.943)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.712.004)	(1.681.484)
Custo Atribuído de Imobilizado	599.608	611.191
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	87	87
	(1.111.947)	(1.069.844)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.339.234)	(1.326.787)

d) Reservas de Lucros

	30/06/2019	31/12/2018
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.215	57.215
Reserva de Retenção de Lucros	3.965.160	3.965.160
Reserva de Incentivos Fiscais	65.617	66.783
Reserva de Dividendos obrigatórios não Distribuído	1.419.846	1.419.846
	6.360.856	6.362.022

e) Dividendos

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	863.703	861.420
Dividendos declarados – Participação de não controladores	489	-
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 12)	(17.892)	(17.892)
Dividendos pagos	(78.707)	(78.262)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	767.593	765.266

28. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES

As informações financeiras das controladas as quais possuem participações significativas de não controladores são conforme segue:

Empresa	Participação societária detida por sócio não-controlador	
	30/06/2019	31/12/2018
Gasmig	0,43%	0,43%
Light S.A	50,01%	50,01%
LightGer	25,51%	25,51%
Guanhães	25,51%	25,51%
Axxion	25,51%	25,51%
UHE Itaocara	25,51%	25,51%

Participações acumuladas de não controladores no patrimônio líquido:

Empresa	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Gasmig	4.187	4.306
Light S.A	1.277.098	1.277.098
LightGer	21.973	21.973
Guanhães	60.449	50.158
Axxion	4.402	4.402
UHE Itaocara	2.671	2.671
Total	1.370.780	1.360.608

Lucro líquido (prejuízo) alocado às participações de não controladores:

Empresa	Consolidado	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Gasmig	375	298
Total	375	298

Empresa	Consolidado	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Gasmig	212	152
Total	212	152

29. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	12.929.154	11.236.009
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	1.265.719	814.340
CVA e Outros componentes financeiros (c)	80.241	1.150.672
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	242.743	206.582
Receita de construção de transmissão (e)	82.989	4.732
Receita de indenização de transmissão (f)	90.420	146.519
Receita de indenização de geração	-	34.463
Receita de construção de distribuição (e)	382.236	378.911
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (g)	8.967	3.066
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (h)	176.151	156.980
Transações com energia na CCEE (i)	397.437	159.966
Fornecimento de gás	1.131.233	898.979
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(35.510)	(25.681)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 9)	1.438.563	-
Outras receitas operacionais (j)	837.584	773.444
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(6.097.956)	(5.397.013)
Receita operacional líquida	12.929.971	10.541.969

	Consolidado	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	6.327.737	5.838.104
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	635.675	440.599
CVA e Outros componentes financeiros (c)	(40.109)	709.516
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	125.564	105.591
Receita de construção de transmissão (e)	54.902	3.669
Receita de indenização de transmissão (f)	57.921	96.678
Receita de indenização de geração	-	17.218
Receita de construção de distribuição (e)	211.205	202.114
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (g)	2.927	2.274
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (h)	95.363	75.153
Transações com energia na CCEE (i)	144.821	25.639
Fornecimento de gás	534.955	470.908
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(12.685)	(9.235)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 9)	1.438.563	-
Outras receitas operacionais (j)	396.386	311.331
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(2.956.432)	(2.683.021)
Receita operacional líquida	7.016.793	5.606.538

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Reconhecidas por meio da entrega de energia elétrica, sendo a receita registrada na medida do faturamento com base nas tarifas homologadas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor (cliente).

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Residencial	5.291.676	5.150.879	4.665.228	3.866.049
Industrial	7.819.238	8.552.810	2.295.328	2.254.923
Comércio, serviços e outros	4.654.040	4.198.424	2.619.879	2.144.297
Rural	1.775.702	1.720.268	917.625	748.147
Poder público	455.643	434.389	311.737	252.319
Iluminação pública	685.933	688.807	291.353	252.165
Serviço público	679.065	653.232	333.397	276.281
Subtotal	21.361.297	21.398.809	11.434.547	9.794.181
Consumo Próprio	17.230	23.481	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	54.907	48.142
	21.378.527	21.422.290	11.489.454	9.842.323
Suprimento a outras concessionárias (2)	5.499.766	5.607.369	1.458.670	1.468.016
Suprimento não faturado líquido	-	-	(18.970)	(74.330)
Total	26.878.293	27.029.659	12.929.154	11.236.009

	MWh (1)		R\$	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Residencial	2.547.878	2.557.762	2.206.790	1.948.068
Industrial	3.947.233	4.524.750	1.154.786	1.149.137
Comércio, serviços e outros	2.374.683	2.155.487	1.280.841	1.075.019
Rural	915.078	954.766	460.746	405.384
Poder público	231.943	220.791	158.145	131.469
Iluminação pública	333.969	345.401	140.508	127.749
Serviço público	339.954	331.174	165.901	142.009
Subtotal	10.690.738	11.090.131	5.567.717	4.978.835
Consumo Próprio	7.247	11.357	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	80.721	130.096
	10.697.985	11.101.488	5.648.438	5.108.931
Suprimento a outras concessionárias (2)	2.422.273	2.974.570	641.532	766.525
Suprimento não faturado líquido	-	-	37.767	(37.352)
Total	13.120.258	14.076.058	6.327.737	5.838.104

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores, cobrados com base na tarifa definida pelo órgão regulador.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à construção, operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$7.834 no primeiro semestre de 2019 (R\$9.671 no primeiro semestre de 2018).

e) Receita de Construção

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato.

f) Receita de Indenização de Transmissão

Correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

g) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

h) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Serviço taxado	8.382	5.800
Serviço de telecomunicações	1.438	-
Prestações de serviços	89.826	90.440
Subvenções (1)	606.920	546.907
Aluguel e arrendamento	65.196	42.560
Ressarcimentos contratuais	64.640	84.092
Outras	1.182	3.645
	837.584	773.444

	Consolidado	
	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2018
Serviço taxado	4.026	2.864
Serviço de telecomunicações	134	(44.037)
Prestações de serviços	38.263	48.729
Subvenções (1)	315.406	281.635
Aluguel e arrendamento	35.729	21.645
Ressarcimentos contratuais	2.064	-
Outras	764	495
	396.386	311.331

(1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios governamentais incidentes nas tarifas aplicáveis aos clientes do serviço de distribuição e transmissão de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS;

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Tributos sobre a Receita		
ICMS	3.052.745	2.517.921
COFINS	1.264.259	1.170.609
PIS-PASEP	275.635	252.149
Outros	4.131	3.711
	4.596.770	3.944.390
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	8.737	10.412
Programa de Eficiência Energética – PEE	32.590	29.845
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	1.331.366	1.180.960
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	20.639	18.639
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	20.639	18.639
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	10.319	9.320
Encargos do Consumidor – PROINFA	26.329	19.443
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	14.172	12.594
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.512	27.712
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	19.868	125.059
Outros	15	-
	1.501.186	1.452.623
	6.097.956	5.397.013

	Consolidado	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.472.166	1.264.824
COFINS	595.004	612.229
PIS-PASEP	129.177	130.917
Outros	1.876	1.463
	2.198.223	2.009.433
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	4.185	5.172
Programa de Eficiência Energética – PEE	15.707	16.632
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	679.017	593.105
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	9.528	10.126
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	9.528	10.126
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.764	5.063
Encargos do Consumidor – PROINFA	13.024	9.202
Taxa Fiscalização Serviços Energia Elétrica	7.230	6.377
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	6.513	9.498
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	8.712	8.287
Outros	1	-
	758.209	673.588
	2.956.432	2.683.021

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Pessoal (a)	677.072	680.240	18.369	19.967
Participação dos empregados e administradores no resultado	174.515	22.727	11.207	5.926
Obrigações pós-emprego - nota 25	198.699	169.397	21.746	20.359
Materiais	40.256	33.706	94	764
Serviços de terceiros (b)	585.969	490.346	11.359	9.403
Energia elétrica comprada para revenda (c)	5.120.200	5.082.598	-	-
Depreciação e amortização	479.299	411.300	2.398	216
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	978.379	267.319	35.845	78.189
Encargos de uso da rede básica de transmissão	701.171	808.580	-	-
Gás comprado para revenda	725.162	556.459	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	465.225	383.643	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	93.854	151.607	4.507	7.348
	10.239.801	9.057.922	105.525	142.172

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Pessoal (a)	312.031	348.576	4.756	12.498
Participação dos empregados e administradores no resultado	108.478	3.150	6.720	4.515
Obrigações pós-emprego - nota 24	97.790	86.126	10.796	10.250
Materiais	19.766	18.416	88	722
Serviços de terceiros (b)	302.241	254.553	6.051	7.436
Energia elétrica comprada para revenda (c)	2.526.019	2.818.905	-	-
Depreciação e amortização	248.403	198.309	(541)	98
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	869.373	134.112	17.832	38.878
Encargos de uso da rede básica de transmissão	367.375	416.038	-	-
Gás comprado para revenda	330.180	293.225	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	266.107	202.974	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	41.922	85.246	3.587	4.493
	5.489.685	4.859.630	49.289	78.890

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 36.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, sem previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 01 a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$ 65.596 (458 empregados) registrados no resultado de 2018 e R\$21.491, (155 empregados) registrado em março de 2019.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	64.334	65.538	-	-
Comunicação	34.458	35.945	1.696	2.208
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	198.413	152.048	6	12
Conservação e limpeza de prédios	53.860	52.765	166	294
Mão de obra contratada	6.240	10.829	-	102
Fretes e passagens	3.289	3.214	634	716
Hospedagem e alimentação	6.528	5.616	77	97
Vigilância	8.202	10.125	-	-
Consultoria	9.510	4.863	4.219	898
Manutenção/conservação de móveis utensílios	2.310	1.351	-	13
Tecnologia da informação	23.899	22.498	606	1.325
Manutenção e conservação de veículos	1.233	1.045	-	-
Corte e religação	34.542	22.725	-	-
Meio ambiente	6.290	4.659	-	-
Serviços advocatícios	11.490	11.101	727	460
Custas processuais (recuperação de custos)	176	986	82	-
Poda de árvores	21.331	9.917	-	-
Limpeza de faixa	28.802	13.692	-	-
Reprografia e publicações legais (recuperação de custos)	9.713	8.620	124	334
Inspeção de unidades consumidoras	5.223	4.674	-	-
Outras despesas	56.126	48.135	3.022	2.944
	585.969	490.346	11.359	9.403

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	32.291	34.342	-	-
Comunicação	14.167	17.536	244	2.082
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	97.879	73.655	3	7
Conservação e limpeza de prédios	27.342	26.835	53	236
Mão de obra contratada	2.567	6.888	-	102
Fretes e passagens	1.915	2.367	352	601
Hospedagem e alimentação	3.556	3.032	51	58
Vigilância	4.194	5.147	-	-
Consultoria	6.117	1.575	2.935	860
Manutenção/conservação de móveis utensílios	1.395	756	(1)	13
Tecnologia da informação	16.667	11.337	454	1.133
Manutenção e conservação de veículos	693	547	-	-
Corte e religação	16.996	12.586	-	-
Meio ambiente	2.883	2.525	-	-
Serviços advocatícios	5.069	6.320	283	189
Custas processuais (recuperação de custos)	592	615	82	-
Poda de árvores	13.079	5.888	-	-
Limpeza de faixa	15.090	7.719	-	-
Reprografia e publicações legais (recuperação de custos)	5.230	4.413	141	263
Inspeção de unidades consumidoras	3.134	2.811	-	-
Outras despesas	31.385	27.659	1.454	1.892
	302.241	254.553	6.051	7.436

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Energia de Itaipu Binacional	694.177	633.420
Contratos por cotas de garantia física	364.358	311.625
Cotas das Usinas de Angra I e II	134.586	133.423
Energia de curto prazo	762.267	929.226
PROINFA	190.617	159.696
Contratos bilaterais	151.479	145.139
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	1.395.566	1.480.756
Energia adquirida no ambiente livre	1.838.169	1.743.598
Geração Distribuída	82.858	38.496
Créditos de PASEP-COFINS	(493.877)	(492.781)
	5.120.200	5.082.598

	Consolidado	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Energia de Itaipu Binacional	361.021	345.177
Contratos por cotas de garantia física	185.427	140.241
Cotas das Usinas de Angra I e II	67.293	66.711
Energia de curto prazo	278.055	710.115
PROINFA	95.309	79.848
Contratos bilaterais	78.883	40.054
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	684.774	757.243
Energia adquirida no ambiente livre	973.506	938.619
Geração Distribuída	44.892	19.539
Créditos de PASEP-COFINS	(243.141)	(278.642)
	2.526.019	2.818.905

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	126.978	167.557	-	-
Perdas estimadas (reversões) em outros créditos a receber (1)	4.935	(4.934)	183	-
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas relacionadas (3) (nota 32)	688.031	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 26)				
Trabalhistas	106.558	(3.060)	15.853	10.884
Cíveis	1.076	12.528	(510)	1.545
Tributárias	19.310	(3.206)	20.268	(13)
Ambientais	110	31	-	-
Regulatórias	952	10.069	607	3.709
Outras	8.483	1.674	(556)	10
	136.489	18.036	35.662	16.135
	956.433	180.659	35.845	16.135
Ajustes para perdas				
Opção de venda Parati	-	62.054	-	62.054
Opção de venda SAAG (nota 33)	21.946	24.606	-	-
	21.946	86.660	-	62.054
	978.379	267.319	35.845	78.189

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	47.627	91.374	-	-
Perdas estimadas (reversões) em outros créditos a receber (1)	4.752	(5.494)	-	-
Perdas estimadas em contas a receber de partes relacionadas (3) (nota 32)	688.031	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 26)				
Trabalhistas	105.122	(20.114)	13.136	9.774
Cíveis	3.571	13.827	(64)	817
Tributárias	4.384	(3.275)	4.833	(28)
Ambientais	63	3	0	-
Regulatórias	276	6.684	(108)	750
Outras	4.609	3.357	35	46
	118.025	482	17.832	11.359
	858.435	86.362	17.832	11.359
Ajustes para perdas				
Opção de venda Parati	-	27.519	-	27.519
Opção de venda SAAG (nota 33)	10.938	20.231	-	-
	10.938	47.750	-	27.519
	869.373	134.112	17.832	38.878

- (1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.
(2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período como custos operacionais.
(3) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação de risco de crédito.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Pessoal e administradores	30.398	34.060
Materiais	228.763	149.614
Serviços de terceiros	155.365	164.089
Outros	50.699	35.880
	465.225	383.643

	Consolidado	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Pessoal e administradores	16.946	19.490
Materiais	141.304	73.680
Serviços de terceiros	80.071	90.061
Outros	27.786	19.743
	266.107	202.974

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.783	45.364	1.273	2.197
Propaganda e publicidade	1.961	3.093	66	158
Consumo próprio de energia elétrica	8.105	13.475	-	-
Subvenções e doações	4.584	6.569	-	1.311
Concessão onerosa	1.287	1.446	-	-
Seguros	4.541	3.643	824	780
Anuidade CCEE	3.078	3.751	1	1
FORLUZ – custeio administrativo	14.024	14.582	688	604
Agentes arrecadadores	42.356	35.398	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens em serviço	12.386	7.695	-	468
Impostos e taxas	7.568	6.758	511	480
Outras despesas (2)	(7.819)	9.833	1.144	1.349
	93.854	151.607	4.507	7.348

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	1.270	22.869	2.312	1.368
Propaganda e publicidade	224	1.581	28	154
Consumo próprio de energia elétrica	1.816	6.878	-	-
Subvenções e doações	1.673	4.764	-	1.311
Concessão onerosa	659	668	-	-
Seguros	2.418	1.725	424	378
Anuidade CCEE	1.441	1.827	1	1
FORLUZ – custeio administrativo	7.312	6.720	359	326
Agentes arrecadadores	21.398	17.940	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens em serviço	4.887	5.713	-	468
Impostos e taxas	2.899	2.176	172	180
Outras despesas (2)	(4.075)	12.385	291	307
	41.922	85.246	3.587	4.493

- (1) A partir de 1º de janeiro de 2019, os valores referentes aos arrendamentos e aluguéis passaram a ser registrados em conformidade ao IFRS 16/ CPC 06 (R2), conforme demonstrado nas notas explicativas nº 2.2 e 20.
- (2) As perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas) estão líquidas da reversão das provisões constituídas em períodos anteriores.

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	50.868	41.850	1.888	4.931
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	182.451	167.950	-	44
Variações cambiais de Itaipu	-	2.561	-	7
Variações cambiais – Empréstimos e financiamentos (nota 23)	70.470	-	-	-
Variação monetária	12.873	11.496	1	8
Variação monetária – CVA (nota 15)	53.046	11.286	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	19.906	15.223	6.474	12.261
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras	(50.752)	(20.044)	(5.343)	(2.301)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 33)	613.394	180.396	-	(33)
Rendas de Antecipação de Pagamento	2.313	14.767	1	15
Encargos de créditos com partes relacionadas (nota 32)	45.979	17.236	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	1.553.112	-	300.831	-
Outras	69.328	48.448	1.262	3.860
	2.622.988	491.169	305.114	18.792
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(605.952)	(602.963)	(1.542)	(1.156)
Amortização do custo de transação (nota 23)	(13.948)	(15.548)	(81)	(153)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 23)	-	(554.278)	-	(7)
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(3.132)	(26.469)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 23)	(82.711)	(65.305)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(1.776)	(2.257)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 25)	(33.578)	(33.159)	(1.652)	(1.631)
Atualização financeira – adiantamento de clientes (nota 7)	(1.457)	(6.815)	-	-
Variação monetária de arrendamento (nota 20)	(18.332)	-	(286)	-
Outras	(55.075)	(39.007)	(14.890)	(138)
	(815.961)	(1.345.801)	(18.451)	(3.085)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.807.027	(854.632)	286.663	15.707

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	25.836	18.123	411	2.356
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	95.933	92.288	-	44
Variações cambiais de Itaipu	-	2.561	-	7
Variações cambiais – Empréstimos e financiamentos	70.470	(2.508)	-	-
Variação monetária	7.888	6.310	-	8
Variação monetária – CVA	32.140	10.839	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	13.219	8.771	5.942	4.914
PASEP e COFINS incidente sobre as receitas financeiras (1)	(41.487)	(11.117)	(5.196)	(1.752)
Ganhos com instrumentos financeiros	461.083	82.879	-	(33)
Rendas de Antecipação de Pagamento	1.375	7.977	-	15
Encargos de créditos com partes relacionadas	23.315	17.236	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	1.553.112	-	300.831	-
Outras	29.586	15.956	120	1.985
	2.272.470	249.315	302.108	7.544
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(302.540)	(315.615)	(783)	(1.156)
Amortização do custo de transação	(7.015)	(6.548)	(42)	(153)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos	32.980	(538.247)	-	(7)
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(3.132)	(23.228)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(38.703)	(26.631)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(895)	(1.593)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(18.349)	(15.152)	(903)	(745)
Atualização financeira – adiantamento de clientes	(309)	(3.196)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(8.992)	-	106	-
Outras	(16.928)	(15.937)	(7.164)	(130)
	(363.883)	(946.147)	(8.786)	(2.191)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.908.587	(696.832)	293.322	5.353

(1) As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	296.895	244.960	-	-	80.131	81.249	-	-
Contribuição para Iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	2.050	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Contas a Receber – AFAC (2)	238.428	245.566	-	-	10.749	13.082	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	14.588	12.957	19.569	15.150	(78.109)	(75.255)
Prestação de Serviços (4)	1.129	1.792	-	-	4.943	5.964	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	90.664	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	966	969	-	-	(5.393)	(3.666)
Prestação de Serviço (4)	211	211	-	-	466	446	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.563	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	5.484	5.669	60.559	64.111	33.087	17.146	(331.510)	(332.788)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (5)	-	6.785	-	-	-	4.549	-	-
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	24.527	42.046	-	-	1.806	411	-	-
Não Circulante								
Ressarcimento de Energia Descontratada (6)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	130	130	5.879	5.841	9.199	8.287	(103.837)	(94.143)
Adiantamento de entrega futura de Energia (7)	30.198	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de Energia (7)	20.150	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	2.010	-	-	-	(9.178)	(9.012)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.991	-	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.699	1.303	-	-	(8.047)	(9.154)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	66	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	542	544	-	-	(2.556)	(3.207)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.718	5.719	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.280	2.460	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	772	515	-	-	(772)	(66.548)
Não Circulante								
Contas a Receber (8)	-	594.323	-	-	93.708	19.876	688.031	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	330	374	518	502	30.860	31.736	(2.974)	(535)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	19.683	19.683	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	8.397	8.295	-	-	(48.869)	(61.659)
Prestação de Serviço (4)	174	130	-	-	299	282	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (9)	-	-	2.209	195	-	-	-	-
Centroeste								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.218	1.218	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	246.182	273.570	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	626.115	727.011	-	-	10.186	7.535	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (Nota 23)	(17.484)	(23.508)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	-	101.151	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (10)	-	-	138.128	123.184	-	-	(98.346)	(95.967)
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida (11)	-	-	-	-	-	-	(38.764)	(36.692)
Custeio Administrativo (12)	-	-	-	-	-	-	(14.024)	(14.582)
Arrendamento Operacional (13)	-	-	46.017	1.778	-	-	(27.672)	(23.065)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (12)	-	-	2.033.205	2.046.426	-	-	-	-
Arrendamento Operacional (13)	202.460	-	159.864	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	132.606	120.344	-	-	(113.451)	(93.068)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (14)	-	-	2.311.095	2.271.007	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto a Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que encontravam-se em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 15 parcelas vencidas em 30 de junho de 2019, possuem vencimento até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/1/2018 é de R\$2.050;
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Valor transferido para a rubrica Contas a Receber do Estado de Minas Gerais em 30 de setembro de 2017 (vide nota explicativa nº 12);
- As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Em 2017, foram antecipados R\$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela SELIC com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 30 de junho de 2019 é R\$24.527;
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido por meio de Leilão e contrato registrado na CCEE. No período de 01/06/2019 à 30/06/2019 a Norte Energia entregou energia contratada no valor de R\$10.267. No período de 01/01/2020 à 31/12/2020 entregará energia elétrica contratada no montante de R\$40.081, sendo que, deste valor, R\$19.931 estão apresentados no ativo circulante e o montante de R\$20.150 no ativo não circulante em 30 de junho de 2019. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 17 (b), em junho de 2019, em face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo, no montante total de R\$688 milhões;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da ANEEL 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 25);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e fevereiro de 2019 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034, estando esta em fase final de renovação), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses (vide nota explicativa nº20);
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 25).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cemig GT	-	-	617.121	659.622
Cemig D	-	-	182.435	267.435
Gasmig	-	-	113.686	-
Outras	45.519	119.743	23.313	18.527
	45.519	119.743	936.555	945.584

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "outras" estão divulgadas na tabela acima em "Juros sobre Capital Próprio e Dividendos".

Mútuo partes relacionadas

Em setembro de 2018 foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (Mutuante) e Cemig (Mutuário), no montante de R\$400.000. O mútuo é acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Companhia uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período 15 meses de vigência do contrato. Em 13 de março de 2019 foram amortizados R\$46.599, remanescendo, em 30 de junho de 2019, o saldo atualizado de R\$376.363. Em 19 de julho de 2019, houve liquidação integral desse mútuo, pelo montante de R\$377.746.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas, que excetuando Light, não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas, controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/06/2019	Vencimento
Light (1)	Controlada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.566.534	2042
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	920.238	2034
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	419.114	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	6.017	2023
				4.595.518	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 30 de junho de 2019, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, em 30 de junho de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/06/2019				
				Cemig 4,19%	Cemig GT 4,30%	Cemig D 6,86%	Demais controladas 16,06%(1)	Total 31,41%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	421	432	689	1.615	3.157
				421	432	689	1.615	3.157

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2018				
				Cemig 4,65%	Cemig GT 0,75%	Cemig D 24,47%	Demais controladas 14,33% (1)	Total 44,20%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	468	75	2.463	1.442	4.448
LIGHT	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	334	54	1.754	1.130	3.272
				802	129	4.217	2.572	7.720

(1) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018
Remuneração	14.253	16.906
Participação nos resultados	5.078	3.599
Benefícios assistenciais	965	1.327
Total	20.296	21.832

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30/06/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras	2	90.959	90.959	116.513	116.513
Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia	2	4.286.570	4.286.570	3.927.651	3.927.651
Fundos Vinculados	2	100.936	100.936	90.993	90.993
Consumidores – Contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	296.895	296.895	244.960	244.960
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)		2.050	2.050	2.050	2.050
Contas a Receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	238.428	238.428	245.566	245.566
Ativos Financeiros da Concessão - Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros	3	1.130.865	1.130.865	1.080.693	1.080.693
Reembolso de Subsídios Tarifários	2	96.373	96.373	90.845	90.845
Subvenção Baixa Renda	2	27.696	27.696	30.232	30.232
Depósitos Vinculados a Litígios	2	2.487.900	2.487.900	2.501.512	2.501.512
Bonificação pela Outorga – Concessões de Geração	3	2.457.733	2.457.733	2.408.930	2.408.930
Indenizações a Receber – Transmissão		1.323.042	1.323.042	1.296.314	1.296.314
Contas a Receber – Renova	2	-	-	507.038	507.038
Ressarcimento – Descontratação de Energia	2	24.527	24.527	45.550	45.550
		12.563.974	12.563.974	12.588.847	12.588.847
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa – aplicações financeiras		658.192	658.192	783.288	783.288
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários	2	246	246	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	1	397.428	397.428	253.868	253.868
Letras Financeiras – Bancos	2	184.143	184.143	434.735	434.735
Debêntures	2	5.190	5.190	7.118	7.118
		1.245.199	1.245.199	1.479.009	1.479.009
Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)	3	1.384.270	1.384.270	813.335	813.335
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	4.975	4.975	4.460	4.460
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	3	421.904	421.904	395.743	395.743
Indenizações a Receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		3.872.550	3.872.550	3.508.749	3.508.749
		16.436.524	16.436.524	16.097.596	16.097.596
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(13.876.389)	(13.876.389)	(14.771.828)	(14.771.828)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(615.200)	(615.200)	(651.966)	(651.966)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	2	(559.382)	(559.382)	(377.449)	(377.449)
Concessões a Pagar	3	(19.357)	(19.357)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(1.840.794)	(1.840.794)	(1.801.252)	(1.801.252)
Operações de arrendamento mercantil (2)	2	(311.212)	(311.212)	-	-
		(17.222.334)	(17.222.334)	(17.621.242)	(17.621.242)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos Financeiros Derivativos (Opções de venda SAAG)	3	(441.094)	(441.094)	(419.148)	(419.148)
		(441.094)	(441.094)	(419.148)	(419.148)
		(17.663.428)	(17.663.428)	(18.040.390)	(18.040.390)

- (1) Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;
(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 20.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais** que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição e Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 15 destas informações contábeis intermediárias.

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 142,17% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,64% a 3,26%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

A Companhia e suas controladas possuem determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de junho de 2019; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as opções da Companhia são como segue:

Consolidado	Saldo em 30/06/2019	Saldo em 31/12/2018
Opção de venda SAAG	441.094	419.148
Opção de venda /compra – Ativas e Sonda	(4.975)	(4.460)
	<u>436.119</u>	<u>414.688</u>

Opção de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de junho de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$441.094 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	24.606
Saldo em 30 de junho de 2018	336.199
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	21.946
Saldo em 30 de junho de 2019	441.094

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 3,85% a 7,85% ao ano e volatilidade entre 17% e 77% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$421.128 e R\$463.799, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitido por Cemig Telecom) e Venda (emitido por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2019. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de junho de 2019, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valuation elaborado pela mesma consultoria especializada responsável pelo cálculo das opções. A data base da avaliação é 30 de junho de 2019, mesma data de fechamento das informações contábeis intermediárias da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de dezembro de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de junho de 2019, no montante de R\$613.394 (ajuste positivo de R\$180.429 em 30 de junho de 2018), registrado no resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas possuem um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor Conforme contrato 30/06/2019	Valor justo 30/06/2019	Valor Conforme contrato 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	592.948	1.021.334	679.530	626.888
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	1.804	362.936	32.781	186.447
					594.752	1.384.270	712.311	813.335
Ativo circulante						114.916		69.643
Ativo não circulante						1.269.354		743.692

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação à mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2019 foi de R\$1.384.270 (R\$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de junho de 2019, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$594.752 em 30 de junho de 2019 (R\$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R\$981.462 referente à opção (call spread) e R\$407.752 referentes ao swap, totalizando R\$1.389.214.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 30/06/2019	Cenário provável	Cenário Possível Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 25%	Cenário Remoto Depreciação Cambial e Apreciação de Juros 50%
Swap ponta ativa	6.294.855	6.239.745	5.240.047	4.320.787
Swap ponta passiva	(5.887.031)	(5.831.994)	(5.964.152)	(6.086.270)
Opção/Call Spread	976.446	981.462	981.462	981.462
Instrumento derivativo de hedge	1.384.270	1.389.213	257.357	(784.021)

Foram aplicados ao cálculo do valor justo estimado os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e fornecedores e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2019		31/12/2018	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 23)	1.516.385	5.811.080	1.518.029	5.882.060
Fornecedores (Itaipu Binacional)	73.694	282.410	69.166	268.004
	1.590.079	6.093.490	1.587.195	6.150.064
Euro				
Empréstimos e financiamentos – Euro (nota 23)	-	-	52	229
Passivo Líquido Exposto		6.093.490		6.150.293

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2020 será uma redução de 0,4854% para o dólar (R\$3,8136). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar R\$3,8136	Cenário Possível Dólar R\$4,7670	Cenário Remoto Dólar R\$5,7204
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos	5.811.080	5.782.875	7.228.594	8.674.313
Fornecedores (Itaipu Binacional)	282.410	281.039	351.299	421.559
	6.093.490	6.063.914	7.579.893	9.095.872
Passivo Líquido Exposto	6.093.490	6.063.914	7.579.893	9.095.872
Efeito Líquido da Variação Cambial		(29.576)	1.486.403	3.002.382

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano para a variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2019	31/12/2018
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) – CDI	658.192	783.288
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	677.966	812.234
Contas a receber – Renova (nota 32)- CDI	-	507.038
Fundos vinculados – CDI	100.936	90.993
CVA e outros componentes financeiros – SELIC (nota 15)	1.130.865	1.080.693
Ressarcimento – descontração de energia (nota 32) – CDI	24.527	45.550
	2.592.486	3.319.796
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 23)	(4.772.952)	(4.919.571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 23)	(246.533)	(249.454)
	(5.019.485)	(5.169.025)
Passivo Líquido Exposto	(2.426.999)	(1.849.229)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2020, a taxa SELIC será de 5,25% e a taxa TJLP será de 5,5826%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2019		30 de junho de 2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 5,25% TJLP 5,5826%	Cenário Possível SELIC 6,5625% TJLP 6,9783%	Cenário Remoto SELIC 7,8750% TJLP 8,3739%
Ativos				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (nota 5)	658.192	692.747	701.386	710.025
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	677.966	713.559	722.458	731.356
Fundos Vinculados	100.936	106.235	107.560	108.885
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC (nota 15)	1.130.865	1.190.235	1.205.078	1.219.921
Ressarcimento – Descontratação de Energia (nota 32)	24.527	25.815	26.137	26.459
	2.592.486	2.728.591	2.762.619	2.796.646
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (nota 23)	(4.772.952)	(5.023.532)	(5.086.177)	(5.148.822)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (nota 23)	(246.533)	(260.296)	(263.737)	(267.177)
	(5.019.485)	(5.283.828)	(5.349.914)	(5.415.999)
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	(2.426.999)	(2.555.237)	(2.587.295)	(2.619.353)
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		(128.238)	(160.296)	(192.354)

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Redução da Inflação	30/06/2019	31/12/2018
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	421.904	395.743
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 32)	298.945	247.010
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 12)	238.428	245.566
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 15)	1.323.042	1.296.314
Bonificação de outorga – IPCA (nota 15)	2.457.733	2.408.930
	4.740.052	4.593.563
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA (nota 23)	(3.105.644)	(3.791.340)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(615.200)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) – IPCA	(559.382)	(377.449)
	(4.280.226)	(4.820.755)
Ativo(Passivo) Líquido	459.826	(227.192)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere à probabilidade de redução da inflação, em função da Companhia ter mais ativos do que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável em 30 de junho de 2020, a taxa IPCA será de 3,65% e a taxa de IGPM será de 3,85%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta da inflação	30/06/2019		30/06/2020	
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,6472% IGPM 3,8476%	Cenário Possível (25%) IPCA 2,7354% IGPM 2,8857%	Cenário Remoto (50%) IPCA 1,8236% IGPM 1,9238%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição – IPCA (1)	421.904	437.292	433.445	429.598
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 12)	298.945	310.447	307.572	304.696
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 32)	238.428	247.602	245.308	243.015
Transmissão – Indenização a Receber – IPCA (nota 15)	1.323.042	1.371.296	1.359.232	1.347.169
Bonificação de Outorga – IPCA (Nota 15)	2.457.733	2.547.371	2.524.962	2.502.552
	4.740.052	4.914.008	4.870.519	4.827.030
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA	(3.105.644)	(3.218.913)	(3.190.596)	(3.162.279)
Dívida pactuada com fundo de pensão (FORLUZ) - IPCA	(615.200)	(637.638)	(632.028)	(626.419)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ)	(559.382)	(579.784)	(574.683)	(569.583)
	(4.280.226)	(4.436.335)	(4.397.307)	(4.358.281)
Ativo (Passivo) Líquido	459.826	477.673	473.212	468.749
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		17.847	13.386	8.923

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela ANEEL após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	155.097	273.927	3.279.402	8.970.674	6.803.430	19.482.530
Concessões a pagar	220	432	1.901	8.681	13.959	25.193
Dívida pactuada c/fundo de Pensão FORLUZ (nota 25)	11.811	23.624	108.350	636.973	-	780.758
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 25)	5.230	10.488	120.120	209.997	694.510	1.040.345
Arrendamentos (nota 20)	8.121	16.177	72.689	163.522	488.561	749.070
	180.479	324.648	3.582.462	9.989.847	8.000.460	22.077.896
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.700.074	140.002	718	-	-	1.840.794
	1.880.553	464.650	3.583.180	9.989.847	8.000.460	23.918.690

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	52.842	-	52.842
Mútuo com Partes Relacionadas	-	-	391.960	-	-	391.960
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 25)	581	1.162	5.331	31.339	-	38.413
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (FORLUZ) (nota 25)	257	516	5.910	10.332	34.170	51.185
Arrendamentos (nota 20)	257	455	2.040	2.036	5.676	10.464
	1.095	2.133	405.241	96.549	39.846	544.864
- Pré-fixadas						
Fornecedores	7.562	-	-	-	-	7.562
	8.657	2.133	405.241	96.549	39.846	552.426

Risco de Crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2019, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$ 787.260.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria. Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) ¹
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

¹ O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta na extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos no exercício findo em 30 de junho de 2019.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 23.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Total do Passivo	46.695.691	43.915.346	1.896.180	1.987.772
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(748.540)	(890.804)	(35.146)	(54.330)
(-) Fundos vinculados	(100.936)	(90.993)	(129)	(129)
Passivo Líquido	45.846.215	42.933.549	1.860.905	1.933.313
Total do Patrimônio Líquido	18.860.292	15.939.327	17.489.512	14.578.719
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,43	2,69	0,11	0,13

34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D

Em 28 de maio de 2019, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos dentro da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior. Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

35. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás através de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao período findo em 30 de junho de 2019 e 2018 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2019							
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS (1)	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO (1)	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO (1)				
ATIVOS DO SEGMENTO	15.266.259	4.005.523	40.919.551	1.932.781	3.011.465	420.404	65.555.983
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.040.361	1.229.890	-	-	16.095	-	5.286.346
ADIÇÕES AO SEGMENTO	36.374	-	16.115	328	-	-	52.817
ADIÇÕES AOS ATIVOS DE CONTRATO	-	82.989	347.052	19.069	-	-	449.110
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							
RECEITA LÍQUIDA	3.804.889	329.457	7.785.779	902.123	254.645	(146.922)	12.929.971
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia elétrica comprada para revenda	(1.699.161)	-	(3.455.727)	-	-	34.688	(5.120.200)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(92.252)	-	(713.263)	-	-	104.344	(701.171)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(725.162)	-	-	(725.162)
Total	(1.791.413)	-	(4.168.990)	(725.162)	-	139.032	(6.546.533)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal	(108.721)	(60.092)	(463.651)	(23.130)	(21.478)	-	(677.072)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(24.743)	(17.588)	(120.976)	-	(11.208)	-	(174.515)
Obrigações pós-emprego	(24.447)	(18.184)	(134.323)	-	(21.745)	-	(198.699)
Materiais	(8.022)	(2.135)	(29.102)	(907)	(103)	13	(40.256)
Serviços de terceiros	(58.556)	(20.422)	(486.762)	(9.265)	(13.823)	2.859	(585.969)
Depreciação e amortização	(111.236)	(2.699)	(325.019)	(37.921)	(2.424)	-	(479.299)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(733.237)	(9.781)	(194.748)	(1.520)	(39.093)	-	(978.379)
Custos de construção de infraestrutura	-	(82.989)	(363.167)	(19.069)	-	-	(465.225)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(10.615)	(7.550)	(81.049)	(4.582)	4.924	5.018	(93.854)
Total do Custo de Operação	(1.079.577)	(221.440)	(2.198.797)	(96.394)	(104.950)	7.890	(3.693.268)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.870.990)	(221.440)	(6.367.787)	(821.556)	(104.950)	146.922	(10.239.801)
Resultado de equivalência patrimonial	3.347	100.567	-	-	(414)	-	103.500
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	937.246	208.584	1.417.992	80.567	149.281	-	2.793.670
Receitas financeiras	946.898	65.550	1.250.669	50.880	308.991	-	2.622.988
Despesas financeiras	(409.417)	(45.928)	(329.796)	(12.320)	(18.500)	-	(815.961)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.474.727	228.206	2.338.865	119.127	439.772	-	4.600.697
Imposto de renda e contribuição social	(680.745)	(59.037)	(771.698)	(39.593)	(137.399)	-	(1.688.472)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	793.982	169.169	1.567.167	79.534	302.373	-	2.912.225
Participação dos acionistas controladores	793.982	169.169	1.567.167	79.159	302.373	-	2.911.850
Participação de acionista não controlador (nota nº 27)	-	-	-	375	-	-	375
	793.982	169.169	1.567.167	79.534	302.373	-	2.912.225

(1) Conforme divulgado na nota explicativa nº 35, determinados ativos dos segmentos de geração, distribuição, e outros foram classificados como mantidos para venda.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES*	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	14.368.687	3.811.813	19.790.695	1.812.803	311.017	1.689.160	(46.049)	41.738.126
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.709.952	1.130.140	1.838.752	-	-	24.708	-	7.703.552
ADIÇÕES AO SEGMENTO	170.045	-	361.492	20.969	7.631	1.016	-	561.153
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	4.732	-	-	-	-	-	4.732
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA LÍQUIDA	3.038.039	326.689	6.528.045	730.704	-	65.045	(146.553)	10.541.969
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.705.024)	-	(3.412.396)	-	-	(3)	34.825	(5.082.598)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(126.922)	-	(780.585)	-	-	-	98.927	(808.580)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(556.459)	-	-	-	(556.459)
Total dos Custos Operacionais	(1.831.946)	-	(4.192.981)	(556.459)	-	(3)	133.752	(6.447.637)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(114.985)	(52.575)	(460.306)	(24.147)	(9.893)	(18.334)	-	(680.240)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(2.901)	(1.577)	(12.674)	-	351	(5.926)	-	(22.727)
Obrigações Pós-Emprego	(23.053)	(13.317)	(112.669)	-	-	(20.358)	-	(169.397)
Materiais	(3.436)	(1.727)	(26.875)	(854)	(709)	(115)	10	(33.706)
Serviços de Terceiros	(49.049)	(18.880)	(410.579)	(8.275)	(2.878)	(9.123)	8.438	(490.346)
Depreciação e Amortização	(81.980)	-	(292.240)	(36.142)	(704)	(234)	-	(411.300)
Provisões (Reversões) Operacionais	(36.369)	(3.962)	(148.588)	-	(213)	(78.187)	-	(267.319)
Custos de Construção	-	(4.732)	(361.492)	(17.419)	-	-	-	(383.643)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(23.434)	(7.800)	(110.686)	(5.674)	(1.991)	(6.375)	4.353	(151.607)
Total do Custo de Operação	(335.207)	(104.570)	(1.936.109)	(92.511)	(16.037)	(138.652)	12.801	(2.610.285)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(2.167.153)	(104.570)	(6.129.090)	(648.970)	(16.037)	(138.655)	146.553	(9.057.922)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(140.412)	102.474	16.743	-	(763)	(4.275)	-	(26.233)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	730.474	324.593	415.698	81.734	(16.800)	(77.885)	-	1.457.814
Receitas Financeiras	244.465	14.640	182.241	27.825	780	21.218	-	491.169
Despesas Financeiras	(1.006.540)	(2.343)	(312.299)	(19.984)	(2.861)	(1.774)	-	(1.345.801)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(31.601)	336.890	285.640	89.575	(18.881)	(58.441)	-	603.182
Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.990)	(61.996)	(91.241)	(27.954)	5.769	27.567	-	(170.845)
RESULTADO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(54.591)	274.894	194.399	61.621	(13.112)	(30.874)	-	432.337
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS								
Resultado do período prov. de op. Descontinuadas	-	-	-	-	21.372	-	-	21.372
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(54.591)	274.894	194.399	61.621	8.260	(30.874)	-	453.709
Participação dos acionistas controladores	(54.591)	274.894	194.399	61.323	8.260	(30.874)	-	453.411
Participação de acionista não controlador	-	-	-	298	-	-	-	298
	(54.591)	274.894	194.399	61.621	8.260	(30.874)	-	453.709

(*) Os ativos e passivos da Cemig Telecom foram incorporados à Cemig Holding em 31/03/2018.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas segregada por segmento para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2019, é conforme segue:

Jan à Jun/2019	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.423.710	-	9.542.996	-	-	(37.552)	12.929.154
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	1.276.741	-	-	(11.022)	1.265.719
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	80.241	-	-	-	80.241
Receita de Concessão de Transmissão	-	336.060	-	-	-	(93.317)	242.743
Receita de Construção da Transmissão	-	82.989	-	-	-	-	82.989
Receita de Indenização de Transmissão	-	90.420	-	-	-	-	90.420
Receita de Construção de Distribuição	-	-	363.167	19.069	-	-	382.236
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	8.967	-	-	-	8.967
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	176.151	-	-	-	-	-	176.151
Transações com energia na CCEE	404.037	-	(6.601)	-	1	-	397.437
Fornecimento de Gás	-	-	-	1.131.248	-	(15)	1.131.233
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(35.510)	-	-	-	(35.510)
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	424.636	-	830.333	-	183.594	-	1.438.563
Outras Receitas Operacionais	75.435	12.998	677.012	34	77.121	(5.016)	837.584
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(699.080)	(193.010)	(4.951.567)	(248.228)	(6.071)	-	(6.097.956)
Receita Operacional líquida	3.804.889	329.457	7.785.779	902.123	254.645	(146.922)	12.929.971

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 28.

Jan a Jun/2018	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	3.353.521	-	7.920.535	-	-	(38.047)	11.236.009
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	825.128	-	-	(10.788)	814.340
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	1.150.672	-	-	-	1.150.672
Receita de Concessão de Transmissão	-	294.712	-	-	-	(88.130)	206.582
Receita de Construção da Transmissão	-	4.732	-	-	-	-	4.732
Receita de Indenização de Transmissão	-	146.519	-	-	-	-	146.519
Receita de Indenização da Geração	34.463	-	-	-	-	-	34.463
Receita de Construção de Distribuição	-	-	361.492	17.419	-	-	378.911
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	3.066	-	-	-	3.066
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	156.980	-	-	-	-	-	156.980
Transações com energia na CCEE	158.978	-	986	-	2	-	159.966
Fornecimento de Gás	-	-	-	898.989	-	(10)	898.979
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(25.681)	-	-	-	(25.681)
Outras Receitas Operacionais	3.709	23.946	685.545	5	69.817	(9.578)	773.444
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(669.612)	(143.220)	(4.393.698)	(185.709)	(4.774)	-	(5.397.013)
Receita Operacional líquida	3.038.039	326.689	6.528.045	730.704	65.045	(146.553)	10.541.969

36. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda e os resultados de operações descontinuadas, em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são conforme segue:

	30/06/2019	
	Consolidado	Controladora
	Investimentos	Investimentos
Ativos	19.376.525	1.573.967
Passivos	(16.162.392)	-
Ativo Líquido	3.214.133	1.573.967
Atribuível aos acionistas controladores	1.847.540	1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.366.593	-

	31/12/2018					
	Consolidado			Controladora		
	Investimentos	Ativos de Telecom	Total	Investimentos	Ativos de Telecom	Total
Ativos	19.446.033	-	19.446.033	1.573.967	-	1.573.967
Passivos	(16.272.239)	-	(16.272.239)	-	-	-
Ativo Líquido	3.173.794	-	3.173.794	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas controladores	1.817.746	-	1.817.746	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.356.048	-	1.356.048	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	72.880	290.542	363.422	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas controladores	32.027	290.542	322.569	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas não controladores	40.853	-	40.853	-	-	-

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por manter como prioridade para 2019, no contexto do programa de desinvestimentos da Cemig, o compromisso firme para a alienação das ações da controlada Light S.A. ("Light") de sua propriedade, em condições compatíveis com o mercado e que atenda ao interesse dos acionistas.

Adicionalmente, a Companhia avaliou que o seu investimento na Light atende aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e que sua venda é considerada altamente provável no futuro próximo. Desta forma, a Companhia avaliou também os efeitos nos investimentos detidos nas empresas LightGer, Axxiom, Guanhões e UHE Itaocara, controladas em conjunto com a Light.

Em 17 de julho de 2019, com a conclusão da oferta pública primária e secundária de colocação de ações ordinárias de emissão da Light, a participação da Companhia no capital social total desta empresa, que era de 49,99%, passou a ser de 22,58%, tendo sido mantida até a presente data a composição do Conselho de Administração. A Companhia espera realizar a venda da participação remanescente até o final de dezembro de 2019. Mais informações na nota explicativa nº 38.

As informações dos ativos e passivos das investidas classificadas como operações descontinuadas, em 30 de junho de 2019, estão apresentados a seguir:

	Light	LightGer	Guanhães	Axxiom	Itaocara
ATIVO					
Ativos classificados como mantidos para venda					
Caixa e equivalente de caixa	1.150.676	70.336	8.712	5.960	2.463
Consumidores e revendedores	2.548.470	13.615	8.823	-	-
Tributos compensáveis	273.394	-	-	5.419	126
Contas a receber	1.043.079	361	72	23.674	5
Estoques	58.914	-	-	-	-
Total do Ativo Circulante	5.074.533	84.312	17.607	35.053	2.594
Consumidores e revendedores	1.701.295	-	-	-	-
Tributos compensáveis	54.451	-	2.334	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	196.660	-	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	4.448.616	-	-	17.559	-
Imobilizado	1.548.055	125.296	402.529	1.280	7.385
Intangível	3.529.526	45	2.680	5.335	9.317
Investimento	579.706	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	586.190	8	4.572	1.551	-
Total do Ativo Não Circulante	12.644.499	125.349	412.115	25.725	16.702
Total do Ativo	17.719.032	209.661	429.722	60.778	19.296
PASSIVO					
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda					
Fornecedores	2.341.211	34.488	8.013	1.093	65
Empréstimos e financiamentos	1.668.632	8.612	6.842	9.915	-
Encargos regulatórios	47.970	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições	506.688	866	-	1.871	20
Outros passivos circulantes	774.872	6.174	1.961	19.306	73
Total do Passivo Circulante	5.339.373	50.140	16.816	32.185	158
Empréstimos e financiamentos	7.836.700	67.215	139.170	1.304	-
Impostos, taxas e contribuições	276.345	-	389	1.802	-
Outros passivos não circulantes	610.005	-	5.469	4.665	9.317
Total do Passivo Não Circulante	8.723.050	67.215	145.028	7.771	9.317
Total do Passivo	14.062.423	117.355	161.844	39.956	9.475

Captação de recurso capex 2017-2018 - Light

Em 26 de fevereiro de 2019, a controlada Light SESA recebeu a primeira liberação de recursos referente ao contrato de financiamento do capex 2017-2018 com ao BNDES no valor de R\$200.000. A operação tem o custo de TLP + 3,16% a.a., com vigência de sete anos e amortizações mensais.

16ª Emissão de debêntures – Light SESA

Em 07 de maio de 2019, ocorreu a 16ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, no montante de R\$617.950, por meio de 3 séries. Os montantes e condições das séries estão demonstrados na tabela abaixo:

Séries	Montante em R\$ mil	Taxa de Juros a.a	Vencimento
1ª Série	132.500	CDI + 0,90%	15 de abril de 2022
2ª Série	422.950	CDI + 1,25%	15 de abril de 2024
3ª Série	62.500	CDI + 1,35%	15 de abril de 2025

37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018, as controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$22.822 no primeiro semestre de 2019 (R\$16.392 no primeiro semestre de 2018);
- incorporação das subsidiárias integrais RME e LUCE, em 24 de abril de 2019, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido das incorporadas, no montante de R\$22.444.
- Reconhecimento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$2.962.564. Mais informações na nota explicativa nº 9.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Oferta pública primária e secundária com esforços restritos de colocação de ações ordinárias de emissão da Light S.A (“Light”).

Em 17 de julho de 2019, a Light encerrou a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas, pela Light, (i) 100.000.000 (cem milhões) de novas ações (“Oferta Primária”), com o consequente aumento de seu capital social, e (ii) 33.333.333 (trinta e três milhões, trezentas e trinta e três mil, trezentas e trinta e três) de ações de sua emissão e de titularidade da Companhia ao preço de R\$18,75 por ação.

Com a liquidação da oferta restrita, a participação da Companhia no capital social total da Light, que era de 49,99%, passou a ser de 22,58%.

Essa transação se insere no contexto de execução do Programa de Desinvestimentos da Companhia.

7ª Emissão de Debêntures da Cemig D e pré-pagamento de dívidas

Em 22 de julho de 2019, a Cemig D concluiu a distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$3,66 bilhões, em duas séries, sendo a 1ª série, com prazo de 5 anos, no valor de R\$2,16 bilhões e pagando juros remuneratórios de CDI+0,454%a.a., e a 2ª série, com prazo de 7 anos, no valor de R\$1,5 bilhão e pagando correção monetária pelo IPCA acrescida de juros remuneratórios de 4,10%a.a., perfazendo um custo médio equivalente estimado em 108,61% do CDI.

Os recursos incorporados ao caixa da Cemig D permitiram o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022. Tais pré-pagamentos, realizados em 24 de julho de 2019, totalizam R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos.

Em 24 de julho de 2019, a Cemig GT realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

Light SESA - Captação de recurso junto ao BNDES

Em 30 de julho de 2019, ocorreu a última captação de recursos da Light SESA junto ao BNDES, no valor de R\$89.015, relativo ao contrato de financiamento capex 2017/2018.

Aumento do Capital Social da Cemig D

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig D, no montante de R\$2.600.000, por meio da integralização de recursos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital-AFACs, aportados pela Companhia, sem a emissão de novas ações, passando o Capital Social da controlada de R\$2.771.998, para R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Alteração do Estatuto Social e reestruturação operacional

Em 07 de agosto de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia que adequou a denominação e atividades das Diretorias Executivas.

Light SESA – Trânsito em julgado de ação de créditos de Pasep/Cofins sobre o ICMS

Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da Segunda Região, com desfecho favorável, o processo judicial da ação movida pela Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA"), subsidiária da Light S.A., reconhecendo seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002.

Desde a divulgação da sentença, a Light SESA está realizando as devidas análises jurídica e tributária dos impactos dos efeitos retroativos, que envolve, dentre outros, a mensuração e forma de recuperação dos créditos tributários e questões regulatórias correlatas. Esses efeitos deverão ser registrados nas informações contábeis intermediárias da Light SESA relativas ao trimestre a findar-se em 30 de setembro de 2019.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS e COFINS nos faturamentos dos clientes da Light SESA.

Light SESA - Resgate antecipado total da 14ª emissão de debêntures da controlada

Em 09 de agosto de 2019, foi realizado o resgate antecipado total da 14ª emissão de debêntures da controlada Light SESA, junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$332.935. A operação tinha o custo de CDI+3,50% a.a., com vencimento em março de 2021.

Light SESA - Pré-pagamento da operação de swap de taxa junto ao Banco BMG

Em 14 de agosto de 2019, foi realizado o pré-pagamento da operação de swap de taxa (CDI x IPCA) da Light SESA junto ao Banco BMG. A operação de swap alterava o custo de CDI + 1,15% a.a. para IPCA + 7,82% a.a. de uma dívida de R\$400.000 de principal e vencimento em maio de 2021. O valor do pré-pagamento foi de R\$80.500, referente ao saldo de swap a valor de mercado nesta data.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

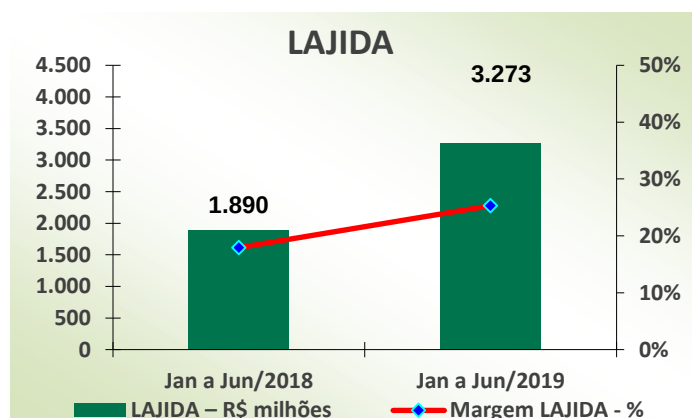
Lucro líquido do Período

A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2019, um lucro líquido de R\$2.912.225 em comparação ao lucro líquido de R\$453.709 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 541,87%. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 73,13% no primeiro semestre de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018. Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou aumento, passando de 17,93% no primeiro semestre de 2018 para 25,31% no mesmo período de 2019.

LAJIDA - R\$ mil	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2018	Var %
Resultado do período	2.912.225	453.709	541,87
+ Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.688.472	170.845	888,31
+ Resultado financeiro	(1.807.027)	854.632	(311,44)
+ Depreciação e amortização	479.299	411.300	16,53
= LAJIDA	<u>3.272.969</u>	<u>1.890.486</u>	<u>73,13</u>



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA no período de janeiro a junho de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.438.563, e ao acréscimo de 22,65% na receita operacional líquida. Adicionalmente, o resultado de equivalência patrimonial aumentou em 494,54% no primeiro semestre de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, devido, principalmente, à redução no resultado negativo apurado pela investida Madeira, bem como à ausência dos impactos advindos dos resultados da Renova, uma vez que o investimento da Companhia nesta empresa foi baixado em dezembro de 2018.

Os principais itens que afetaram as receitas no período são conforme segue:

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$12.929.154 no período de janeiro a junho de 2019 em comparação a R\$11.236.009 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 15,07%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, foi de R\$11.489.454 no período de janeiro a junho de 2019 comparado a R\$9.842.323 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 16,74%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2019;
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019); e
- Aumento de 10,12% no preço médio da energia comercializada pela Cemig GT.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig e a variação na venda da energia por classe de consumo encontram-se detalhados na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no período de janeiro a junho de 2019, comparativamente as do mesmo período de 2018.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Jun/2019			Jan a Jun/2018			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	5.291.676	4.665.228	881,62	5.150.879	3.866.049	750,56	2,73%	20,67%
Industrial	7.819.238	2.295.328	293,55	8.552.810	2.254.923	263,65	(8,58%)	1,79%
Comércio, serviços e outros	4.654.040	2.619.879	562,93	4.198.424	2.144.297	510,74	10,85%	22,18%
Rural	1.775.702	917.625	516,77	1.720.268	748.147	434,90	3,22%	22,65%
Poder público	455.643	311.737	684,17	434.389	252.319	580,86	4,89%	23,55%
Iluminação pública	685.933	291.353	424,75	688.807	252.165	366,09	(0,42%)	15,54%
Serviço público	679.065	333.397	490,96	653.232	276.281	422,94	3,95%	20,67%
Subtotal	21.361.297	11.434.547	535,29	21.398.809	9.794.181	457,70	(0,18%)	16,75%
Consumo Próprio	17.230	-	0,00	23.481	-	0,00	(26,62%)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	54.907	-	-	48.142	-	0,00%	14,05%
	21.378.527	11.489.454	537,43	21.422.290	9.842.323	459,44	(0,20%)	16,74%
Suprimento a outras concessionárias (3)	5.499.766	1.458.670	265,22	5.607.369	1.468.016	261,80	(1,92%)	(0,64%)
Suprimento não faturado líquido	-	(18.970)	-	-	(74.330)	-	-	(74,48%)
Total	26.878.293	12.929.154	479,69	27.029.659	11.236.009	416,66	(0,56%)	15,07%

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(3) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se o aumento de 10,85% na quantidade de energia vendida para o consumidor da classe comercial. O comportamento dessa classe está associado ao crescimento de 0,2% no volume de energia faturada aos consumidores cativos da Cemig D e de 29% no volume de energia faturada pela Cemig GT e Companhias Subsidiárias Integrais aos clientes livres, em Minas Gerais e em outros estados do Brasil.

Adicionalmente, o consumo residencial apresentou um acréscimo de 2,7% no primeiro semestre de 2019 frente ao mesmo período de 2018. O comportamento do consumo nas residências pode ser explicado pela ocorrência de temperaturas no período mais altas do que no ano de 2018 e a incorporação de 73.517 unidades consumidoras.

Em contrapartida, verificou-se a redução de 8,58% na quantidade de energia vendida para o segmento industrial. Este resultado é a composição do aumento de 1,8% no segmento cativo e da redução de 10,3% no mercado livre. No mercado livre, a redução se deve aos clientes livres terem sido mais agressivos na sazonalização no início de 2019, alocando menos energia no primeiro semestre e mais energia no segundo semestre do ano.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No período de janeiro a junho de 2019, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.265.719, comparada a R\$814.340 no mesmo período de 2018, o que representou crescimento de 55,43%. Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário de aproximadamente 65,60%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético - CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig D, o que representou uma receita líquida de R\$80.241 no primeiro semestre de 2019, em comparação a uma receita líquida de R\$1.150.672 no mesmo período de 2018. Essa variação deve-se, principalmente, aos menores custos com energia em 2019, devido ao aumento do GSF, o que representa menor exposição da Companhia, aliada à redução do PLD médio em relação ao mesmo período do ano anterior, o que gerou um menor ativo financeiro a ser ressarcido à Companhia através do próximo reajuste tarifário.

Vide mais informações na nota explicativa nº 15 destas demonstrações financeiras.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$242.743 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$206.582 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 17,50%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita de indenização da transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$90.420 no primeiro semestre de 2019, comparado a R\$146.519 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 38,29%.

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base no IPCA e no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos.

Em julho de 2018 a parcela da RAP referente ao custo de capital não incorporado após a renovação da concessão ocorrida no início de 2013, conforme Portaria 120/2016 MME sofreu um reajuste negativo de 23,2%.

Mais informações na nota explicativa nº 15 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$397.437 no primeiro semestre de 2019 comparados a R\$159.966 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 148,45%. Esta variação decorre, principalmente, da maior alocação de garantia física, especialmente no primeiro trimestre de 2019, associada a GSFs maiores, aumentando a sobra de energia. Essa sobra, por sua vez, foi valorizada ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD médio mais elevado no primeiro trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, de R\$290,08 e R\$196,03, respectivamente, impactando significativamente as receitas do primeiro semestre de 2019. Adicionalmente, os clientes livres sazonalizaram seus contratos de maneira mais acentuada, colocando menos energia no 1º Semestre de 2019, quando comparado ao mesmo período de 2018.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.131.233 no período de janeiro a junho de 2019 comparada a R\$898.979 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 25,84%. Esta variação decorre basicamente do aumento do repasse dos custos do gás adquirido da Petrobrás e do reajuste da tarifa, que ocorreu no segundo trimestre de 2019.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura foram de R\$465.225 no período de janeiro a junho de 2019 comparadas a R\$383.643 no mesmo período de 2018, apresentando um aumento de 21,27%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$1.438.563, resultam do reconhecimento do direito da Companhia e suas controladas de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia e suas controladas, foram de R\$837.584 no primeiro semestre de 2019 em comparação a R\$773.444 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 8,29%. A composição das outras receitas operacionais está demonstrada na nota explicativa nº 29 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$6.097.956 no período de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$5.397.013 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 12,99%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.331.366 no período de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$1.180.960 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 12,74%.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

As bandeiras tarifárias são acionadas quando da baixa do nível dos reservatórios, representando maiores encargos, em função da escassez de chuvas. A bandeira vermelha é classificada em patamares 1 e 2, sendo o patamar 2 acionado quando da maior criticidade do nível dos reservatórios. O acionamento das bandeiras tarifárias gera impactos no faturamento do mês subsequente.

Os encargos foram de R\$19.868 no período de janeiro a junho de 2019 em comparação a R\$125.059 no mesmo período de 2018, uma redução de 84,11%.

Esta variação decorre do não acionamento da bandeira vermelha no primeiro semestre de 2019, tendo prevalecido a bandeira verde durante o período, , consequência do melhor regime hidrológico deste ano. No mesmo período de 2018, o resultado foi impactado pelo acionamento da bandeira vermelha patamar 1, com efeitos no faturamento de janeiro de 2018.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$10.339.801 no período de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$9.057.922 no mesmo período de 2018, um aumento de 13,05%. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 29 destas Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$174.515 no período de janeiro a junho de 2019 comparada ao montante de R\$22.727 no mesmo período de 2018, um aumento de 667,88%. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$5.120.200 no período de janeiro a junho de 2019 comparada a R\$5.082.598 no mesmo período de 2018, representando um aumento absoluto de R\$37.602. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento das despesas com geração distribuída, sendo R\$82.858 no primeiro semestre de 2019 comparado a R\$38.496 no mesmo período de 2018. Este aumento se justifica pelo aumento na quantidade de instalações geradoras e de energia injetada no primeiro semestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018;
- aumento das despesas com energia elétrica de Itaipu, sendo R\$694.177 no primeiro semestre de 2019 comparado a R\$633.420 no mesmo período de 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 12% do dólar médio nos períodos comparados (R\$3,845 no primeiro semestre de 2019 e R\$3,425 no mesmo período de 2018);

- redução das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$762.267 no primeiro semestre de 2019, comparado a R\$929.226 no mesmo período de 2018. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A variação decorre, principalmente, em função da redução de 16,83% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD (R\$207,82/MWh em 2019 comparado a R\$249,88/MWh em 2018) no primeiro semestre de 2019;
- aumento das despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física, que foram R\$364.358 no primeiro semestre de 2019 comparado com R\$311.625 no mesmo período de 2018, aumento de 16,92%. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 18,06% no preço médio de MWh (R\$101,97 no primeiro semestre de 2019 e R\$86,37 no mesmo período de 2018).
- redução das despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$1.395.566 no primeiro semestre de 2019, comparado a R\$1.480.756 no mesmo período de 2018. Essa redução decorre da atualização dos contratos para o ano de 2019, com substituição de contratos por outros menos onerosos.

Este é um custo não gerenciável para a Cemig D, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na nota explicativa nº 30 e 34 das informações contábeis intermediárias.

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$701.171 no período de janeiro a junho de 2019, comparados a R\$808.580 no mesmo período de 2018, representando uma redução de 13,28%.

Esses encargos são devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica em face da utilização das instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Esse custo não é gerenciável no negócio de distribuição de energia elétrica, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$978.379 no período de janeiro a junho de 2019, comparadas a R\$267.319 no mesmo período de 2018, aumentando em 266%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber da Renova, no montante de R\$688.031, como resultado da avaliação do risco de crédito da investida.

- variação das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R\$106.558 no período de janeiro a junho de 2019 em comparação à reversão de R\$3.060 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações ou reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, mediante decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 25 das informações contábeis intermediárias.
- variação nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que foi de R\$126.978 no primeiro semestre de 2019 e de R\$167.557 no mesmo período de 2018, reduzindo em 24,22%.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$677.072 no primeiro semestre de 2019 comparada a R\$680.240 no mesmo período de 2018, representando redução de 0,47%. Essa variação decorre, principalmente do registro de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$25.666 no segundo trimestre de 2018.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$465.225 no período de janeiro a junho de 2019 comparados a R\$383.643 no mesmo período de 2018, um aumento de 21,26%. São custos integralmente compensados pela receita de construção e correspondem ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No período de janeiro a junho de 2019 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$725.162 comparada a uma despesa de R\$556.459 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 30,32%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 37% no preço do gás comprado da Petrobrás.

Obrigações pós-emprego

As obrigações pós-emprego da Companhia aumentaram em 17,30% no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018, sendo de R\$198.699 e R\$169.397, respectivamente. Esse aumento decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, devido à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018. Além disso, a avaliação atuarial de 2018 incluiu a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação de 1,00% para o plano de saúde.

Resultado de Equivalência Patrimonial

A Companhia apurou resultado de equivalência patrimonial em investidas positivo no primeiro semestre de 2019, de R\$103.500, em comparação à perda de R\$26.233, reconhecida no mesmo período de 2018.

As perdas reconhecidas no primeiro semestre de 2018 decorreram, principalmente, dos prejuízos apurados pelas investidas Renova e Madeira Energia. Não foram reconhecidas perdas relacionadas ao investimento na Renova no primeiro semestre de 2019, já que este foi baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida. Adicionalmente, o resultado negativo com equivalência patrimonial da Madeira Energia sofreu uma redução de 50,56% no primeiro semestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018.

A composição dos resultados das investidas reconhecidos nessa rubrica está detalhada na nota explicativa nº 18.

Resultado Financeiro Líquido

A empresa obteve resultado financeiro líquido positivo no período de janeiro a junho de 2019, no montante de R\$1.807.027, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$854.632 no mesmo período de 2018. Esse aumento decorre, principalmente, do seguinte:

- elevação dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$613.394 no primeiro semestre de 2019, em comparação a R\$180.396 no mesmo período de 2018. Essa variação positiva decorreu, principalmente, da redução da curva estimada da taxa de juros durante a vigência do contrato o que contribui para reduzir a expectativa de pagamento das obrigações da Cemig, que são indexadas ao CDI, aumentando o valor justo da opção.
- Atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.553.112. Mais informações na nota explicativa nº 9.
- redução da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma receita financeira de R\$70.470 no primeiro semestre de 2019, em comparação a uma despesa financeira de R\$554.278 no mesmo período de 2018. Essa redução deve-se à queda da taxa de câmbio vigente no período.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 31 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No período de janeiro a junho de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.688.472 em relação ao lucro de R\$4.600.697 antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 36,70%. A Companhia apurou, no mesmo período de 2018, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$170.845 em relação ao lucro de R\$603.182, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 28,32%.

Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10(c) destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado do Trimestre

A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2019, um lucro líquido de R\$2.114.986 em comparação ao prejuízo de R\$10.886 no mesmo período de 2018. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Ressalta-se que o resultado do segundo trimestre de 2018 foi significativamente afetado pela despesa líquida de R\$538.247, não vinculada às atividades operacionais, referente aos efeitos das despesas de variações cambiais incidentes sobre a dívida captada em moeda estrangeira (Eurobonds), parcialmente compensadas pelos efeitos dos ganhos auferidos pelos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia para proteção dos riscos associados à variação da moeda estrangeira.

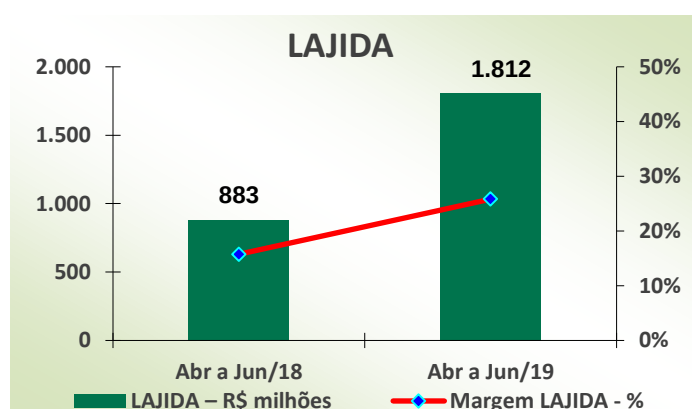
O lucro líquido apurado no segundo trimestre de 2019 também foi fortemente impactado pelo resultado financeiro, especialmente no que se refere à dívida captada em moeda estrangeira. Nesse período, foram reconhecidas receitas de R\$70.470, correspondentes à variação cambial incidente sobre a dívida em moeda estrangeira, e ganhos de R\$461.598, vinculados aos instrumentos financeiros contratados para proteção dos riscos associados a estas dívidas. Mais informações nas notas explicativas nº 23 e 33.

Adicionalmente, o resultado do segundo trimestre de 2019 foi significativamente impactado pelo reconhecimento dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$1.438.563, bem como pela atualização financeira destes créditos, no montante de R\$ 1.524.001, gerando um acréscimo total de R\$2.962.564.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 105,07% no segundo trimestre de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018, devido, principalmente, ao reconhecimento dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS. Os demais itens que afetaram significativamente o resultado estão descritos na sequência destas informações contábeis intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 15,76% no segundo trimestre de 2018 para 25,82% no mesmo período de 2019.

LAJIDA - R\$ mil	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2018	Var- %
Lucro líquido (prejuízo) do Período	2.114.986	(10.886)	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.356.983	(773)	-
+ Resultado Financeiro	(1.908.587)	696.832	(373,89%)
+ Depreciação e Amortização	248.403	198.309	25,26%
= LAJIDA	1.811.785	883.482	105,07%



LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.327.737 no segundo trimestre de 2019 em comparação a R\$5.838.104 no mesmo período de 2018, representando aumento de 8,39%.

Consumidores Finais

A receita com energia vendida a consumidores finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$5.567.717 no segundo trimestre de 2019 comparada a R\$4.978.835 no mesmo período de 2018, representado uma aumento de 11,83%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 8,73% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2019;
- reajuste tarifário anual da Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 23,19% positivos, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no segundo trimestre de 2019, comparativamente àquelas do mesmo período de 2018:

	Abr a Jun/2019			Abr a Jun/2018			Variação %	
	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh (2)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (1)	MWh	R\$
Residencial	2.547.878	2.206.790	866,13	2.557.762	1.948.068	761,63	(0,39%)	13,28%
Industrial	3.947.233	1.154.786	292,56	4.524.750	1.149.137	253,97	(12,76%)	0,49%
Comércio, serviços e outros	2.374.683	1.280.841	539,37	2.155.487	1.075.019	498,74	10,17%	19,15%
Rural	915.078	460.746	503,5	954.766	405.384	424,59	(4,16%)	13,66%
Poder público	231.943	158.145	681,83	220.791	131.469	595,45	5,05%	20,29%
Iluminação pública	333.969	140.508	420,72	345.401	127.749	369,86	(3,31%)	9,99%
Serviço público	339.954	165.901	488,01	331.174	142.009	428,8	2,65%	16,82%
Subtotal	10.690.738	5.567.717	520,8	11.090.131	4.978.835	448,94	(3,60%)	11,83%
Consumo Próprio	7.247	-	-	11.357	-	-	(36,19%)	-
Fornecimento não faturado líquido	-	80.721	-	-	130.096	-	-	(37,95%)
	10.697.985	5.648.438	527,99	11.101.488	5.108.931	460,2	(3,63%)	10,56%
Suprimento a outras concessionárias (3)	2.422.273	641.532	264,85	2.974.570	766.525	257,69	(18,57%)	(16,31%)
Suprimento não faturado líquido	-	37.767	-	-	(37.352)	-	-	(201,11%)
Total	13.120.258	6.327.737	473,26	14.076.058	5.838.104	408,17	(6,79%)	8,39%

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Destaca-se o crescimento de 10,17% na energia vendida para o segmento comercial, relacionado, principalmente, à migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre. Em contrapartida, observou-se uma redução de 12,76% na classe industrial, causada, especialmente, pela diferença de sazonalização entre os períodos de 2018 e 2019. Apesar da queda de 0,39% na quantidade de MWh vendido à classe residencial, causada pelo calendário de faturamento, o aumento da receita está relacionado à Revisão Tarifária Periódica da Cemig D, realizada em maio de 2018, que elevou a tarifa em 18,53% para esta classe. Esse efeito é percebido principalmente nos meses de abril e maio de 2019 comparado ao mesmo período de 2018.

Adicionalmente, houve decréscimo das vendas de energia no ACR - Ambiente de Contratação Regulada em 2019, em relação a 2018, em razão do término dos contratos de venda no 15º Leilão de Energia Existente.

Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No segundo trimestre de 2019 essa receita correspondeu ao montante de R\$635.675 comparado a R\$440.599 do mesmo período de 2018, o que representou um aumento de 44,28 em função basicamente do reajuste tarifário de aproximadamente 65,60%, aplicável a partir de 28 de maio de 2018 (efeito integral em 2019).

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados à Companhia ou ressarcidos ao consumidor nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição. No segundo trimestre de 2019 foram reconhecidos valores a serem ressarcidos aos consumidores no montante de R\$40.109, em comparação a valores a serem repassados à Companhia de R\$709.516 no mesmo período de 2018. Essa variação deve-se, principalmente, à redução dos custos com energia em 2019, em relação à cobertura tarifária, na comparação com o ano anterior, o que gerou um passivo financeiro a ser ressarcido aos consumidores através do próximo reajuste tarifário.

Ver mais informações na nota explicativa nº 15 destas informações contábeis intermediárias.

Receita de Concessão de Transmissão

A receita de transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita foi de R\$125.564 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$105.591 no mesmo período de 2018, representando um crescimento de 18,92%. Essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2018, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões, sendo aplicável o IPCA para o contrato da Cemig GT e IGPM para a Cemig Itajubá. Em 2018, os reajustes da RAP foram de 4,00% e 3,30%, para os contratos de concessão da Cemig GT e Cemig Itajubá, respectivamente, compostos pela aplicação do índice de reajuste da inflação e do reconhecimento dos novos reforços e melhorias.

Receita de indenização de transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$57.921 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$96.678 no mesmo período de 2018, reduzindo em 40,09%. A Companhia registra a atualização da indenização a receber com base no custo médio de capital regulatório, conforme previsto na regulação do setor.

Mais informações na nota explicativa nº 15 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$144.821 no segundo trimestre de 2019, comparada a R\$25.639 no mesmo período de 2018, aumentando em 464,85%. Essa variação decorre, principalmente, da sazonalização mais agressiva dos contratos de energia pelos clientes, em relação ao mesmo período de 2018, aumentando as sobras de energia da Cemig GT em abril e maio de 2019. Adicionalmente, a Cemig assumiu posição devedora na CCEE em junho de 2018, provocada pela maior alocação de energia pelos clientes neste período e às vendas de curto prazo.

Receita de fornecimento de gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$534.955 no segundo trimestre de 2019 comparada a R\$470.908 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 13,60%, decorrente, basicamente, do reajuste da tarifa no segundo trimestre de 2019, bem como do aumento do repasse do custo do gás adquirido da Petrobrás.

Receita de construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão, distribuição e gás) foram de R\$266.107 no segundo trimestre de 2019 comparadas a R\$205.783 no mesmo período de 2018, aumentando em 29,31%. Essa receita é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.438.563, resultam do reconhecimento do direito da Companhia e suas controladas de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 9.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia aumentaram em 27,32% nos períodos comparados, sendo de R\$396.386 no segundo trimestre de 2019, em comparação a R\$311.331 no mesmo período de 2018.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$2.956.432 no segundo trimestre de 2019, comparados ao montante de R\$2.683.021 no mesmo período de 2018, representando um aumento de 10,19%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e têm como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$679.017 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$593.105 no mesmo período de 2018.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do consumidor bandeiras tarifárias

Os encargos do consumidor relacionados às bandeiras tarifárias aumentaram em 5,13% no segundo trimestre de 2019, em relação ao mesmo período de 2018, sendo de R\$8.712 e R\$8.287, respectivamente. As bandeiras tarifárias são acionadas em função do nível dos reservatórios, aumentando nos períodos de escassez de chuvas.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os custos e despesas operacionais aumentaram em 12,97% nos trimestres comparados, sendo R\$5.489.685 no segundo trimestre de 2019 e R\$4.859.630 no mesmo período de 2018. Mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais estão disponíveis na nota explicativa nº 26 destas informações contábeis intermediárias.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$108.478 no período de abril a junho de 2019, comparada ao montante de R\$3.150 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.526.019 no segundo trimestre de 2019 comparada a R\$2.818.905 no mesmo período de 2018, reduzindo em 10,39%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 9,57% nas despesas com energia adquirida em leilão, que foram de R\$684.774 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$757.243 no segundo trimestre de 2018 em função, principalmente, da atualização dos contratos para o ano de 2019, com substituição de contratos por outros menos onerosos;
- redução de 60,84% nas despesas com energia de curto prazo, que foram de R\$278.055 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$710.115 no segundo trimestre de 2018, decorrente, principalmente, da redução de 56,60% no valor médio do preço de liquidação de diferenças – PLD (R\$131,36/MWh no segundo trimestre de 2019 e R\$302,68/MWh no mesmo período de 2018).
- aumento de 129,76% nas despesas com geração distribuída, sendo R\$44.892 no primeiro semestre de 2019 comparado a R\$19.539 no mesmo período de 2018. Este aumento se justifica pelo crescimento na quantidade de instalações geradoras e de energia injetada no segundo trimestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018;
- aumento de 32,22% nas despesas com energia adquirida através de contratos por cotas de garantia física que foram de R\$185.427 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$140.241 no mesmo período de 2018. Esta variação se deve, principalmente, ao aumento de 22,73% no preço médio do MWh (R\$101,93 no segundo trimestre de 2019 e R\$83,05 no mesmo período de 2018);

Encargos de uso da rede de transmissão

Os encargos de uso da rede de transmissão totalizaram R\$367.375 no segundo trimestre de 2019, comparados a R\$416.038 no mesmo período de 2018, reduzindo em 11,70%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não gerenciável, sendo a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$869.373 no segundo trimestre de 2019, comparadas a R\$134.112 no mesmo período de 2018, um crescimento de 548,24%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento de perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber da Renova, no montante de R\$688.031, como resultado da avaliação do risco de crédito da investida.
- variação das provisões para contingências trabalhistas que representou constituição líquida de R\$105.122 no período de abril a junho de 2019 em comparação à reversão de R\$20.114 no mesmo período de 2018. Esta variação decorre, principalmente, de novas ações ou reavaliação da probabilidade de perda de ações existentes, mediante decisões desfavoráveis. Adicionalmente, foi realizado o reconhecimento da diferença de aplicação do índice de correção monetária, de TR para IPCA-E, para as ações trabalhistas onde se discutem dívidas entre o período de 25/03/15 a 10/11/17, que estão em fase de execução avançada e com probabilidade de perda provável, devido à decisão recente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) para aplicação da decisão do Tribunal Superior do Trabalho pelo IPCA-E. Mais informações na nota explicativa nº 25.
- variação nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que foi de R\$47.627 no segundo trimestre de 2019 e de R\$91.374 no mesmo período de 2018, uma redução de 47,88%.

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$312.031 no segundo trimestre de 2019 comparada a R\$348.576 no mesmo período de 2018, representando redução de 10,48%. Essa variação decorre, principalmente do registro de despesas com o programa de desligamento voluntário de pessoal no montante de R\$25.666 no segundo trimestre de 2018.

Custo de construção

Os custos de construção de infraestrutura foram de R\$266.107 no segundo trimestre de 2019 comparados a R\$202.974 do mesmo período de 2018, representando um aumento de 31,10%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão.

Gás comprado para revenda

No segundo trimestre de 2019, a despesa com aquisição de gás foi 12,60% superior àquela registrada no mesmo período de 2018, sendo de R\$330.180 e R\$293.225, respectivamente. Este aumento decorre do aumento do preço do gás adquirido da Petrobrás no período.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$ R\$97.790 no primeiro semestre de 2019 em comparação a uma despesa de R\$86.126 no mesmo período de 2018, gerando um aumento de 13,54%. Este resultado decorre, principalmente, do crescimento do custo com o plano de saúde em 2019, em razão da redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial de dezembro de 2018, aumentando as obrigações pós-emprego. Além disso, a avaliação atuarial de 2018 incluiu a premissa de crescimento real das contribuições acima da inflação de 1,00% para o plano de saúde.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No segundo trimestre de 2019 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$36.274, comparado a uma perda líquida de R\$83.107 no mesmo período de 2018. As perdas apuradas em 2018 referem-se principalmente as participações na Renova e Madeira Energia. No segundo trimestre de 2019 não houve reconhecimento de equivalência patrimonial relacionada ao investimento na Renova, já que este foi baixado em dezembro de 2018, diante do passivo a descoberto da investida.

Resultado Financeiro Líquido

A Companhia apurou resultado financeiro líquido positivo no segundo trimestre de 2019, no montante de R\$1.908.587, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$696.832 no mesmo período de 2018. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- crescimento dos ganhos com operação de hedge contratada para proteção dos riscos de variação da moeda estrangeira vinculada ao Eurobonds, que alcançou o montante de R\$461.083 no primeiro semestre de 2019, em comparação a R\$82.879 no mesmo período de 2018. Essa variação positiva, principalmente, da redução da curva estimada da taxa de juros durante a vigência do contrato, o que contribui para reduzir a expectativa de pagamento das obrigações da Cemig, que são indexadas ao CDI, aumentando o valor justo da opção.

- Atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$1.553.112. Mais informações na nota explicativa nº 9.
- Redução da variação cambial vinculada aos empréstimos em moeda estrangeira, que representou uma receita financeira de R\$103.450 no segundo trimestre de 2019, em comparação a uma despesa financeira de R\$540.755 no mesmo período de 2018. Essa redução deve-se à queda da taxa de câmbio vigente no período.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 31 destas informações contábeis intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No segundo trimestre de 2019, a Companhia incorreu em despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$1.356.983 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$3.471.969. No mesmo período de 2018, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$773 em relação ao prejuízo de R\$33.031, antes dos efeitos fiscais. As alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10c destas informações contábeis intermediárias.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração, até 30 de junho de 2019, reuniu-se 20 vezes para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGE realizada em 11 de junho de 2018, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2020.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei e conforme Estatuto Social da Cemig cabe ao Conselho de Administração, dentre outros:

- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos igual ou superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação da Estratégia de Longo Prazo, do Plano de Negócios Plurianual e do Orçamento anual, bem como suas alterações e revisões.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por 9 (nove) membros efetivos, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e referências curriculares de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente, com dotação orçamentária própria, de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos, não coincidentes, sendo permitida 1 (uma) reeleição.

Conforme Estatuto Social da Cemig, são atribuições do Comitê de Auditoria, dentre outras:

- supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;

- avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 (sete) membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 (dois) anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.. O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2020.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos a Estratégia de Longo Prazo, o Plano de Negócios Plurianual e o Orçamento Anual, elaborados e aprovados de acordo com este Estatuto Social;
- autorizar os projetos de investimento da Companhia, a celebração de contratos e demais negócios jurídicos, a contratação de empréstimos, financiamentos e constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia, com base no Orçamento Anual aprovado, que, individualmente ou em conjunto, apresentem valores inferiores a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, inclusive a realização de aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas, e nos consórcios de que participe;
- a Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor-Presidente ou por 2 (dois) Diretores, mediante aviso por escrito, correspondência eletrônica ou outro meio digital com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual, entretanto, será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores. As deliberações da Diretoria Executiva serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, cabendo ao Diretor-Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

Conselho Fiscal

Reuniões

- No ano de 2019, até o dia 30/06, foram realizadas 11 reuniões.

Composição, eleição e mandato

- Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos.
- Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:
 - a) aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 (um) membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
 - b) a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 (um) servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.
- A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Conforme Estatuto Social, competem ao Conselho Fiscal as atribuições fixadas na legislação aplicável, bem como, no que não conflitar com a legislação brasileira, aquelas requeridas pelas leis dos países em que as ações da Companhia são listadas e negociadas.

Qualificação e remuneração

A remuneração global ou individual dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, em consonância com a legislação aplicável.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “*Public Company Accounting Oversight Board*” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a *Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos* - SEC, no dia 23 de julho de 2007.

Gestão de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados eventos que podem interferir no atingimento dos objetivos estratégicos definidos pela Companhia.

Desde 2016 a Gestão de Riscos Corporativos e de Compliance está subordinada à Presidência. Esse movimento reforça a intenção de aumentar a independência destes processos e fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa. Neste sentido, a prática de gestão de riscos é um fator de diferenciação competitiva que deve ser utilizado não só de forma defensiva, mas igualmente como uma oportunidade de melhoria. A estruturação e análise das operações sob o ponto de vista do gerenciamento de risco tendem a otimizar os investimentos no controle da atividade, reduzir os custos, melhorar a performance e consequentemente favorecer o alcance das metas traçadas pela Companhia.

A Cemig sempre considera o princípio da precaução nos processos de gestão de risco, no planejamento das operações e no desenvolvimento de novos negócios. Durante o planejamento, são considerados todos os fatores que possam apresentar riscos à saúde e à segurança dos empregados, fornecedores, clientes, da população em geral e do meio ambiente. Além disso, o fato da Companhia ser reconhecida pelo Índice Dow Jones de Sustentabilidade e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE reflete a implementação de elementos estruturais do sistema de gestão de riscos e o comprometimento com a sustentabilidade.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

Aprovada pelo Conselho de Administração da Cemig em 11 de maio de 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>) visa orientar e disciplinar a conduta das pessoas que agem em nome da Cemig ou com ela interagem, buscando a ética e a conformidade com a lei e com a regulamentação. O documento foi atualizado em 2019.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Cemig foi criada em 12 de agosto de 2004 com objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código de Ética da Cemig.

A Comissão é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, responsáveis pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional. A Comissão de Ética pode ser contatada através do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional” da CEMIG.

Canal de Denúncias Anônimas

Em 13 de dezembro de 2006, a Cemig implantou o Canal de Denúncias Anônimas, disponível na intranet corporativa.

Por este Canal, a Comissão de Ética recebe consultas e denúncias anônimas, que podem instrumentalizar a Cemig na detecção de práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Esse canal representa mais um passo da Cemig em direção a melhorar a transparência, atendimento à legislação e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. A implementação deste instrumento possibilita melhoria dos controles internos e difusão da cultura ética aos nossos empregados em prol da conformidade do nosso negócio.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/06/2019

	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	248.480.146	50,96	-	-	248.480.146	17,03
FIA Dinâmica Energia S/A	48.700.000	9,99	55.905.344	5,76	104.605.344	7,17
BNDESPAR	54.342.992	11,14	26.220.938	2,70	80.563.930	5,52

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2019

	Janeiro a Março/2019	
	ON	PN
Controlador	248.480.146	-
Conselho de Administração	-	16.600
Diretoria Executiva	-	19.600
Ações em tesouraria	69	560.649
Ações em circulação (<i>free float</i>)	239.133.998	970.541.539
TOTAL	487.614.213	971.138.388

Relações com Investidores

No ano de 2019, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio de 2019, pelo 24º ano consecutivo, o nosso tradicional “Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais”, na cidade de Belo Horizonte - MG, onde os profissionais do mercado tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossas ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desde 2001, garantindo aos nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE. Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na Bolsa de Valores de Madri (LATIBEX) desde 2002.

Em junho de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou alterar o Estatuto Social da Companhia visando à manutenção da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, além da adequação à Lei 13.303/2016, também conhecida como a Lei das Estatais.

Dentre os aprimoramentos incorporados no Estatuto Social, cabe destacar:

- redução da composição do Conselho de Administração, de 15 para 9 membros titulares, em consonância com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e com o Manual de Avaliação de Sustentabilidade Corporativa do Dow Jones Sustainability Index;
- criação de Comitê de Auditoria, mantido o Conselho Fiscal;
- política de Elegibilidade e Avaliação para indicação de membro de Conselho de Administração e de Diretoria Executiva em empresas controladas e coligadas;
- política de Transações com Partes Relacionadas;
- formal designação para o Conselho de Administração assegurar a implementação e supervisão dos sistemas de risco e de controles internos da Companhia;
- a critério da Diretoria Executiva, ampliação dos comitês técnicos, compostos por técnicos de carreira da Companhia, com capacidade decisória em matérias específicas;
- o Diretor-Presidente passa a conduzir diretamente as atividades de compliance e de gestão de riscos corporativos;
- maior ênfase nas funções de controle da Companhia: auditoria interna, compliance e gestão de riscos corporativos;
- adoção de câmara de arbitragem para resolução de conflitos eventualmente existentes entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Comercial

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição

Daniel Faria Costa
Diretor de Gestão de Participações

Paulo Mota Henriques
Diretor de Geração e Transmissão

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade de Negócios
Contador – CRC-MG 85.260

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 17 às informações contábeis intermediárias, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também alguns de seus outros acionistas e determinados executivos da Companhia e desses outros acionistas. Os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes destes processos de investigação interna e conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos reflexos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 17 às informações contábeis intermediárias, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de junho de 2019, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 17, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional dessa controlada em conjunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja forma e conteúdo nas informações contábeis intermediárias são requeridas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 15 de agosto de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0